



UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB

CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ANNA CAROLYNA MOURA DE OLIVEIRA

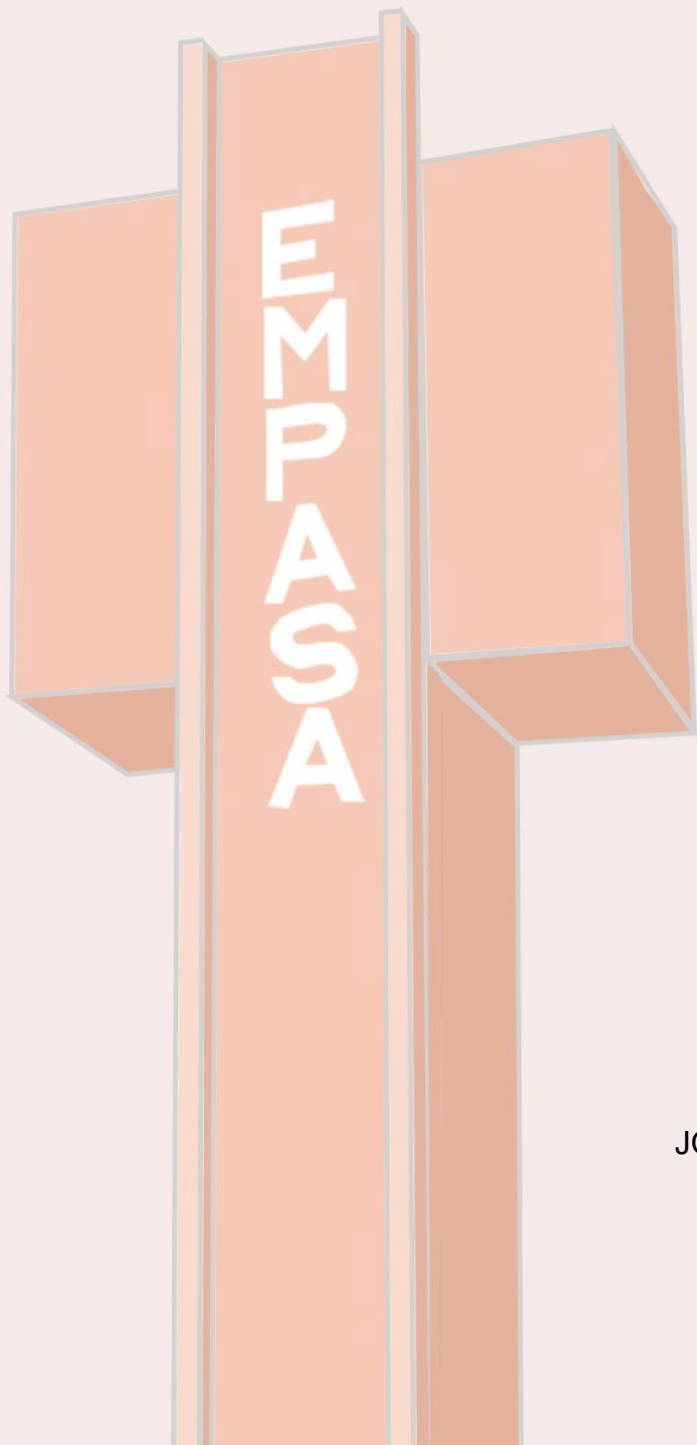
**ARQUITETURA DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE JOÃO PESSOA: DA
CONCEPÇÃO ÀS TRANSFORMAÇÕES RECENTES**

JOÃO PESSOA

2025

ANNA CAROLYNA MOURA DE OLIVEIRA

**ARQUITETURA DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE JOÃO PESSOA: DA
CONCEPÇÃO ÀS TRANSFORMAÇÕES RECENTES**



Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito final para obtenção
do grau de Bacharelado.

Orientadora: Prof.^a Adriana Leal de Almeida
Freire.

JOÃO PESSOA
2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

048a Oliveira, Anna Carolyna Moura de.
Arquitetura Da Central de Abastecimento de João
Pessoa: Da Concepção às Transformações Recentes / Anna
Carolyna Moura de Oliveira. - João Pessoa, 2025.
92 f. : il.

Orientação: Adriana Leal de Almeida.
TCC (Graduação) - UFPB/CT.

1. Central de Abastecimento. 2. João Pessoa. 3.
CEASA. 4. Expansão Urbana. 5. Patrimônio arquitetônico.
I. Almeida, Adriana Leal de. II. Título.

UFPB/BSCT

CDU 72(043.2)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter guiado cada passo desta jornada, fortalecendo meu espírito nos momentos de dúvida e renovando minha coragem nas noites em que o cansaço parecia maior que a vontade de continuar.

Aos meus pais, Paulo e Dinalva, minha eterna gratidão. Mesmo diante da distância e da saudade, ao me mudar de cidade para seguir este sonho, vocês nunca me deixaram desamparada. Foram meu alicerce em todos os momentos, ensinando-me o valor da persistência, do esforço e do amor incondicional, estando presentes em cada conquista e em cada superação, mesmo em meio a suas obrigações exaustivas e tempo escasso.

Aos meus familiares e amigos, agradeço de coração. Em cada palavra de apoio, em cada gesto de carinho, vocês renovaram minhas motivações, minhas alegrias e minhas forças, tornando a caminhada mais leve e possível mesmo nos dias mais difíceis.

À minha orientadora, Professora Adriana Leal, minha profunda gratidão e reconhecimento. Desde o Estágio I estive ao meu lado, orientando-me com paciência, dedicação e sabedoria. Seu apoio foi essencial para meu crescimento acadêmico e para a realização deste trabalho.

Aos membros da banca examinadora, Professores Marco Antônio Coutinho e WylInna Vidal, deixo meu sincero agradecimento pelas instruções, orientações e valiosas contribuições, que foram fundamentais para o aprimoramento e a conclusão deste trabalho.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para esta conquista, meu muito obrigado.

“Nenhuma arquitetura é humilde demais
para ser estudada, nem simples demais
para ser preservada quando testemunha
um capítulo essencial de nossa história
coletiva.”

Kenneth Frampton

RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar a Central de Abastecimento de João Pessoa (CEASA) sob a perspectiva histórica, urbana e arquitetônica, considerando sua implantação durante o regime militar e sua relevância como equipamento público de abastecimento. A pesquisa busca compreender o papel da central no processo de expansão urbana da capital paraibana, avaliando as transformações ocorridas ao longo do tempo, com destaque para a descaracterização do projeto original e a ocupação desordenada de seus espaços. A metodologia adotada inclui levantamento bibliográfico e documental, consulta a arquivos públicos e hemerotecas, visitas técnicas ao local, entrevistas com profissionais envolvidos na gestão atual da CEASA, além do levantamento físico para redesenho e análises do projeto. A análise comparativa com outras centrais brasileiras, como a CEAGESP (SP) e a CEASA de Porto Alegre (RS), permite situar a unidade paraibana em um contexto nacional das políticas públicas voltadas ao abastecimento urbano. Como resultado, identificou-se que, apesar da padronização proposta pelo modelo nacional das CEASAs, a unidade de João Pessoa apresenta soluções específicas, tanto no aspecto construtivo quanto funcional. O estudo também evidencia os impactos da descentralização administrativa e da ausência de políticas de manutenção, que contribuíram para a atual precarização da estrutura do conjunto. A pesquisa reforça a importância do resgate histórico e da valorização desses equipamentos como parte integrante da memória urbana e da infraestrutura das cidades brasileiras.

Palavras-chave: Central de Abastecimento; João Pessoa; CEASA; Expansão urbana; Patrimônio arquitetônico.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the Supply Center of João Pessoa (CEASA) from historical, urban, and architectural perspectives, considering its establishment during the military regime and its relevance as a public supply facility. The research aims to understand the role of the center in the urban expansion process of the capital of Paraíba, assessing the transformations that have occurred over time, with particular emphasis on the loss of the original project's character and the disorderly occupation of its spaces. The adopted methodology includes bibliographic and documental research, consultation of public archives and newspaper libraries, technical site visits, interviews with professionals involved in CEASA's current management, as well as physical surveys for redesign and project analysis. A comparative analysis with other Brazilian supply centers, such as CEAGESP (SP) and CEASA in Porto Alegre (RS), places the Paraíba unit within the national context of public policies aimed at urban supply. As a result, it was identified that, despite the standardization proposed by the national CEASA model, the João Pessoa unit presents specific solutions, both in construction and functionality aspects. The study also highlights the impacts of administrative decentralization and the lack of maintenance policies, which have contributed to the current deterioration of the complex's structure. The research reinforces the importance of historical recovery and the appreciation of these facilities as integral parts of the urban memory and infrastructure of Brazilian cities.

Keywords: Supply Center; João Pessoa; CEASA; Urban expansion; Architectural heritage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gráfico indicativo de atividades que ocupam o território brasileiro.....	10
Figura 2: Localização do projeto.....	12
Figura 3 - Mapa dos entrepostos do 1º e 2º PND.....	10
Figura 4 - Vista aérea da Ceagesp, década de 1960.....	13
Figura 5 - Vista aérea da Ceagesp, 2014.....	14
Figura 6 - Mercado Municipal de São Paulo.....	15
Figura 7 - Mapa da Vila Leopoldina, 1954.....	16
Figura 8 - Imagem de satélite da Vila Leopoldina, 2020.....	17
Figura 9 - Interior do Mercado Livre do Produtor - Ceagesp.....	18
Figura 10 - Setorização - CEAGESP.....	19
Figura 11 - Vista isométrica geral do prédio MLP.....	20
Figura 12 - Vista aérea da Central de Abastecimento de Porto Alegre.....	21
Figura 13 - Vista aérea da Central de Abastecimento de Porto Alegre, 2020.....	22
Figura 14 - Planta de setorização da CEASA/RS.....	23
Figura 15 - Pavilhão do Produtor.....	24
Figura 16 - Interior do Pavilhão do Produtor.....	25
Figura 17 - Vista aérea do Campus da UFPB na década de 1970.....	27
Figura 18 - Vista aérea do Estádio Ministro José Américo de Almeida, 1971.....	28
Figura 19 - Nova rodoviária Severino Camelo, década de 1980.....	29
Figura 20 - Mapa de grandes equipamentos construídos e caminhos das BRs.....	29
Figura 21 - Vista aérea da Central de Abastecimento de João Pessoa, 1974.....	31
Figura 22 - Vista aérea da construção da Central de Abastecimento, 1973.....	31
Figura 23 - Matéria dos Diários Associados com destaque à Hidroservice.....	32
Figura 24 - Mapa da localização de mercados públicos importantes.....	34
Figura 25 - Mercado Público de João Pessoa.....	34
Figura 26 - Mapa da localização de caminhos das BRs.....	35
Figura 27 - Imagem de satélite com indicação da setorização da Central.....	37

Figura 28 - Fotografia do Mercado Livre do Produtor em João Pessoa, 1974.....	38
Figura 29 - Fotografia lateral do Mercado Livre do Produtor, 1974.....	38
Figura 30 - Fotografia da construção dos galpões da Central, 1974.....	39
Figura 31 - Fotografia com Mercado Livre do Produtor em primeiro plano, 1974.....	40
Figura 32 - Fotografia da construção dos galpões da Central, 1974.....	40
Figura 33 - Acesso principal da Central.....	42
Figura 34 - Planta de implantação de 2013.....	43
Figura 35 - Fotografia interna do Mercado Livre do Produtor, 1974.....	44
Figura 36 - Vistas da modelagem do Mercado Livre do Produtor.....	45
Figura 37 - Planta baixa esquemática do Mercado Livre do Produtor.....	46
Figura 38 - Corte esquemático AA.....	46
Figura 39 - Corte esquemático BB.....	47
Figura 40 - Planta de cobertura do Mercado Livre do Produtor.....	47
Figura 41 - Estrutura metálica do Mercado Livre do Produtor.....	48
Figura 42 - Vista da modelagem Galpão 01.....	49
Figura 43 - Fotografia do Galpão 01.....	50
Figura 44 - Vista da modelagem Galpão 02.....	50
Figura 45 - Planta baixa esquemática do Galpão 01.....	51
Figura 46 - Planta baixa esquemática do Galpão 02.....	51
Figura 47 - Corte esquemático AA.....	52
Figura 48 - Corte esquemático BB.....	52
Figura 49 - Planta de cobertura esquemática do Galpão 01.....	53
Figura 50 - Estrutura metálica do Galpão 01.....	53
Figura 51 - Planta baixa esquemática do prédio administrativo.....	54
Figura 52 - Vista da modelagem do prédio administrativo.....	55
Figura 53 - Fotografia do prédio administrativo, 2024.....	55
Figura 54 - Elevação E01, prédio administrativo.....	56
Figura 55 - Elevação E02, prédio administrativo.....	56
Figura 56 - Planta de cobertura esquemática do prédio administrativo.....	57

Figura 57 - Imagens de voos fotogramétricos em 1977 e 1989.....	61
Figura 58 - Imagens de satélite da cidade de João Pessoa de 2007 e 2013.....	63
Figura 59 - Imagens de satélite da cidade de João Pessoa de 2020 e 2024.....	65
Figura 60 - Mapa de zoneamento da cidade de João Pessoa, 2024.....	67
Figura 61 - Áreas antes destinadas ao estacionamento com ocupações atuais.....	68
Figura 62 - Implantações e vistas isométricas das edificações na Central.....	70
Figura 63 - Mapa de estruturas da Central em 2024.....	71
Figura 64 - Ocupações em áreas verdes.....	72
Figura 65 - Mapa de edificações e áreas verdes na central de abastecimento.....	73
Figura 66 - Interior do MLP.....	75

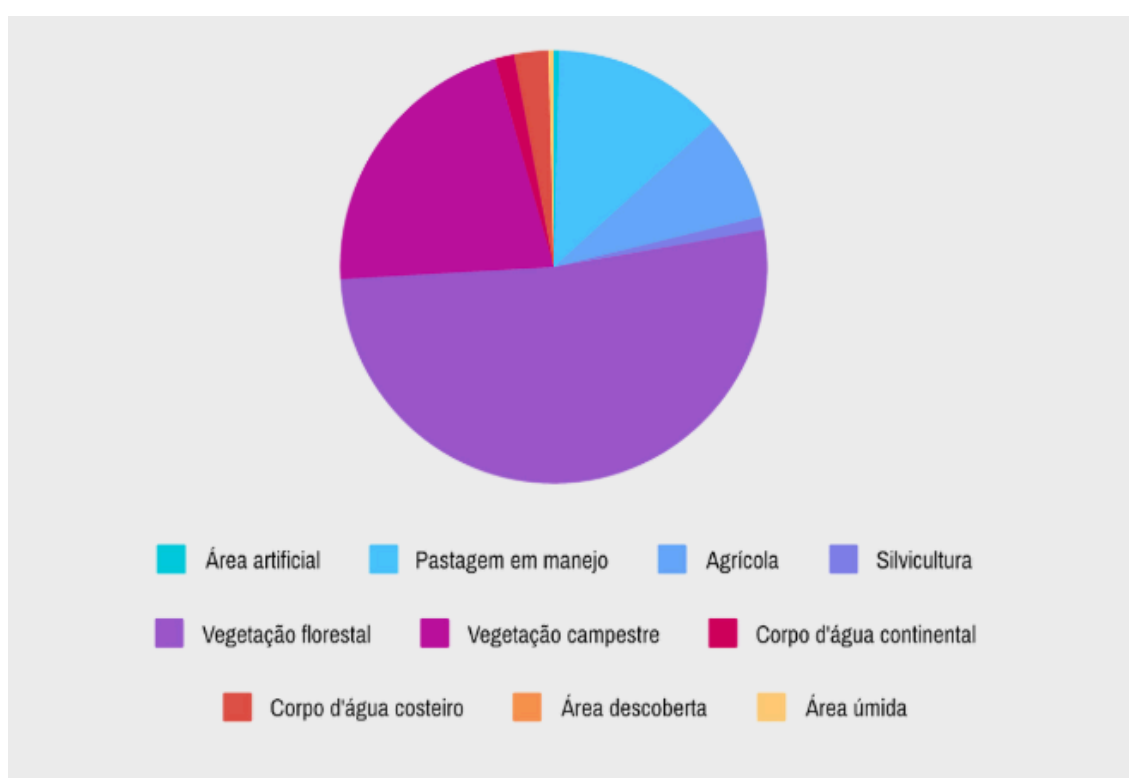
SUMÁRIO

Introdução.....	10
1 CEASAs: um breve histórico.....	14
1.1 Ceagesp.....	13
1.2 CEASA Porto Alegre.....	20
2 Central de Abastecimento de João Pessoa (CEASA/PB).....	26
2.2 Da concepção da CEASA à estruturação do abastecimento.....	36
2.3 O projeto.....	41
3 Transformações na Central e na escala urbana.....	58
Considerações finais.....	75
Referências.....	78

Introdução

A agricultura é um ramo da economia de extrema importância para o Brasil, movimentando bilhões de reais anualmente. Segundo dados fornecidos pelo IBGE (2020), ocupa uma área com cerca de 7,87% do território nacional, conforme gráfico representado na Figura 1.

Figura 1 - Gráfico indicativo de atividades que ocupam o território brasileiro.



Fonte: IBGE (2020), editado pela autora.

O processo do plantio até a chegada do produto ao consumidor passa por diversas etapas. Após a colheita o produto necessita de muitos cuidados para manter sua preservação e qualidade durante o escoamento para os setores do comércio. Para a distribuição dos alimentos, desde pelo menos 1962, as chamadas Centrais de Abastecimento passaram a cumprir papel fundamental, sediadas nos grandes e médios centros urbanos.

Antes do surgimento do programa de Centrais de Abastecimento, o comércio de hortifrutigranjeiros era feito sem nenhuma espécie de regulamentação, logo estava sujeito a diversos problemas tais como a falta de controle dos preços e padrão de qualidade (Segawa, 2002).

(...) os anos 1960 conheceram uma crescente preocupação governamental quanto à regulamentação dos mecanismos de armazenamento, conservação, distribuição e comercialização de produtos alimentares perecíveis e de origem vegetal – os hortifrutigranjeiros –, em busca da garantia de fluxos regulares, padrões de qualidade e controle de preços (SEGAWA, 2002, p.172).

A década de 1960 foi um momento de grande investimento industrial na esfera nacional. Neste contexto, o Governo Federal delegou aos estados a criação das Centrais Estaduais de Abastecimento (CEASAs), complexos comerciais que se instalaram em sua maioria nas capitais estaduais e tinham como objetivo a regulamentação do mercado.

Implantadas sob o regime militar e representativas do crescimento industrial e das mudanças no mercado, esta busca pela modernização econômica se deu às custas de uma crescente desigualdade social e de uma forte centralização do poder, em que a ditadura militar priorizou o desenvolvimento econômico em detrimento dos direitos humanos, ignorando as necessidades sociais de grande parte da população. Além disso, políticas econômicas baseadas no endividamento externo e no controle da oposição política criaram uma instabilidade que teve consequências duradouras para o país, tanto no campo econômico quanto no social.

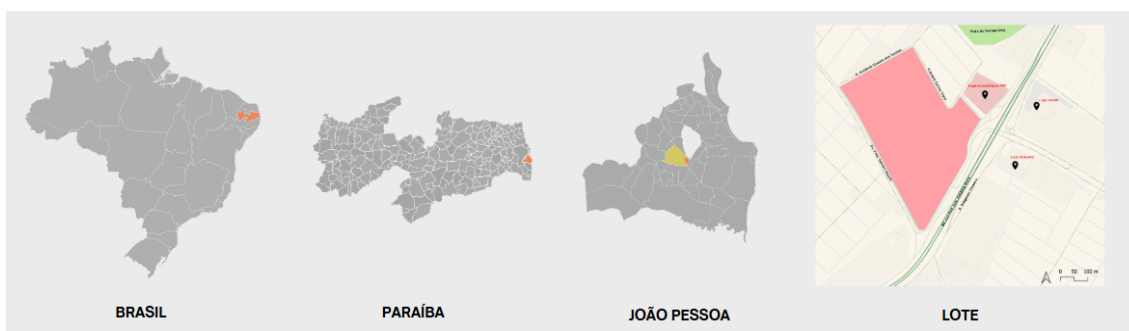
Por todo o país foram desenvolvidos grandes projetos para abrigar essas Centrais, boa parte feita por empresas de engenharia já consolidadas, como a Hidroservice, responsável pelo projeto da Central de João Pessoa, objeto de estudo deste trabalho.

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que coletou dados das 62 centrais de abastecimentos brasileiras referentes ao ano de 2022, esse setor econômico movimentou 17,5 milhões de toneladas de produtos

hortigranjeiros, sendo representado pelo valor de R\$61,8 bilhões, nos quais o entreposto de João Pessoa contribuiu com 153.601.358 kg.

A Central de Abastecimento de João Pessoa, inaugurada em 1974 no bairro do Cristo, é uma construção que marca um período de expansão urbana e modernização da cidade, além de ser um importante polo econômico para a comercialização de pequenos e grandes produtores.

Figura 2: Localização do projeto.



Fonte: Google Earth, editado pela autora.

O projeto original da CEASA de João Pessoa contava com três galpões destinados à comercialização, mas que com o passar dos anos já não atendiam a demanda de comerciantes, o que levou os mesmos a ocuparem áreas antes destinadas a estacionamento e jardins, descaracterizando o conjunto original.

Assim, considerando a situação atual de descaracterização do projeto original e a relevância da CEASA dentro do contexto estadual e nacional, este estudo tem como objetivo principal realizar um resgate histórico de sua construção, a partir do levantamento bibliográfico e documental da instituição, investigando sua implantação e as relações entre a arquitetura e o contexto de expansão urbana da cidade de João Pessoa.

Como objetivos específicos, buscou-se realizar um levantamento bibliográfico e documental sobre o equipamento, situando-o no contexto nacional mais amplo de inserção das CEASAs; analisar a implantação, os aspectos logísticos do abastecimento da cidade e as soluções arquitetônicas adotadas no projeto original; além de construir uma linha do tempo, incluindo informações acerca das

transformações institucionais, de maneira a contribuir para a análise das ocupações posteriores da edificação e do seu entorno.

Embora algumas Centrais de Abastecimento tenham sido abordadas pela historiografia da arquitetura brasileira - em especial as de Porto Alegre e São Paulo -, a unidade de João Pessoa foi pouco explorada, comparecendo em algumas pesquisas sobre a arquitetura moderna em João Pessoa, mas não como objeto de aprofundamento. Considerando sua relevância no contexto de expansão urbana de João Pessoa e o papel destas instituições na dinâmica de planejamento regional, justifica-se a pertinência de investigação sobre o tema.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, foram adotadas as seguintes etapas de trabalho:

1- Pesquisa bibliográfica: levantamento de um referencial teórico sobre o tema específico, mas também sobre a arquitetura moderna de João Pessoa e o contexto histórico mais geral dos anos 1960 e 1970, tanto em âmbito nacional, quanto local. Foram consultados livros, teses e dissertações, além de artigos científicos sobre as referidas temáticas.

2- Levantamento documental: pesquisa em arquivos públicos da Prefeitura de João Pessoa, para acesso a bases cartográficas e documentos administrativos, arquivos de jornais da época, inicialmente a partir da pesquisa física no Arquivo Histórico Waldemar Duarte do Espaço Cultural, com consulta a exemplares do Correio da Paraíba, A União e O Norte. Para complementar as lacunas existentes nos exemplares de A União, foi realizada uma visita ao Arquivo da Superintendência de Imprensa e Editora do jornal. Por fim, esta etapa foi complementada com a pesquisa de palavras-chave (central de abastecimento, CEASA e Hidroservice) na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que resultou em alguns achados no Diário de Pernambuco.

3- Pesquisa de campo: paralelamente à coleta de informações do levantamento documental, foram realizadas visitas de campo à CEASA, com a realização de entrevistas a funcionários da instituição - o diretor geral da instituição (José Tavares Sobrinho), e o engenheiro atualmente responsável pelo complexo (Dr. Couras) -, levantamento fotográfico - sobretudo para registro das condições atuais -

e, por fim, levantamento físico para redesenho do projeto, uma vez que só foi possível ter acesso a uma planta de implantação do conjunto.

4- Sistematização e análise de dados: a organização do material coletado permitiu estruturar a redação do trabalho, que, além dos aspectos relacionados ao contexto histórico e de implantação do projeto, buscou ressaltar o contexto de expansão urbana da região e as diversas transformações por que passou a instituição até a atualidade. Por fim, buscou-se ainda questionar o estado de conservação da edificação e refletir sobre as transformações do espaço e os possíveis valores a ele atribuídos.

1 CEASAs: um breve histórico

A história da intervenção estatal na economia brasileira está ligada às transformações políticas e econômicas promovidas ao longo do século XX (Fausto, 2013). Antes da criação das Centrais de Abastecimento (CEASAs), havia uma necessidade urgente de regulamentação e organização do sistema de distribuição de alimentos no Brasil. Essa necessidade se inseriu em um contexto político de centralização administrativa iniciado com Getúlio Vargas, cuja atuação promoveu a padronização de diversos serviços essenciais (Silva, 1994).

A criação dos Correios e Telégrafos como uma entidade organizada e unificada foi um exemplo dessa estratégia, com o objetivo de padronizar a comunicação no país e fortalecer o controle estatal sobre informações e serviços (Ferreira; Delgado, 2003). Essa política fazia parte de um projeto maior de modernização e controle estatal, característico da Era Vargas.

As políticas de segurança alimentar e o desejo do governo de reduzir a dependência dos produtores rurais em relação a intermediários influenciaram a futura criação das CEASAs. Ao criar mercados centrais organizados, o governo pretendia garantir preços mais justos tanto para consumidores quanto para produtores, além de reforçar sua presença no controle da economia (Ferreira; Delgado, 2003).

Além disso, a política de centralização buscava consolidar o poder do governo federal e diminuir a influência de elites regionais, promovendo um modelo nacionalista de desenvolvimento econômico. Assim, o Estado Novo (1937-1945) fortaleceu essa tendência, com a criação de órgãos de planejamento econômico e o investimento em infraestrutura para garantir a modernização e a autossuficiência nacional (Souza, 1976).

No governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) é possível observar movimentos que também podem ter influenciado na criação das centrais de abastecimento, já que o período de seu governo foi marcado por apresentar diretrizes nacionalistas e desenvolvimentistas, que incentivaram investimentos em infraestrutura e controle da distribuição de bens essenciais (Cunha, 2000).

Embora tenha adotado medidas liberais na economia, o Estado manteve um papel central na regulação de setores estratégicos, incluindo o abastecimento alimentar (Fausto, 2013). Dutra iniciou seu governo com uma política de abertura ao capital estrangeiro e incentivo ao setor privado. No entanto, setores estratégicos da economia permaneceram sob controle estatal. A criação do Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), lançado em 1947, foi a principal iniciativa de planejamento econômico do governo Dutra e tinha como objetivo principal melhorar áreas essenciais ao desenvolvimento nacional. A alimentação foi um dos pilares deste plano, refletindo a necessidade de modernizar a produção e a distribuição de alimentos no país. Embora o plano tenha enfrentado dificuldades de implementação e tenha sido encerrado em 1951, ele consolidou a percepção de que o Estado deveria intervir na organização do abastecimento (Fausto, 2013).

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), houve um forte incentivo à modernização da infraestrutura e à industrialização do Brasil, com destaque para o Plano de Metas, que buscava o desenvolvimento em setores estratégicos, como transporte e energia. Esse período foi marcado pela ampliação da malha rodoviária, facilitando a circulação de mercadorias e fortalecendo a integração entre as regiões do país (Silva, 2006).

O incentivo ao transporte rodoviário, em especial, teve grande impacto no abastecimento das cidades, pois permitiu o escoamento mais eficiente da produção

agrícola para os centros urbanos. Com isso, a necessidade de organizar melhor a distribuição de alimentos se tornou evidente, contribuindo para a criação de centrais de abastecimento nas décadas seguintes. Além disso, o crescimento acelerado das cidades e o aumento do consumo impulsionaram a implementação de políticas públicas voltadas para a logística e a infraestrutura de abastecimento, resultando na criação de CEASAs em diversas partes do país (Pereira, 2017).

Na década de 1960, o Brasil foi tomado por um golpe militar que resultou no controle do governo pelo exército, iniciando assim uma época de instabilidade política (Segawa, 2002).

Durante esse período, a economia brasileira experimentou um crescimento impressionante, com taxas anuais de até 10%, e o Produto Interno Bruto (PIB) registrou um aumento recorde de 14%. No entanto, esse desenvolvimento não beneficiou amplamente a população, concentrando-se principalmente nos 20% mais ricos, enquanto houve uma mudança significativa na demografia, com a maior parte da população migrando do campo para áreas urbanas (Sanz e Mendonça, 2017). De maneira geral, pode-se considerar esse momento de promoção de grandes obras do governo militar como uma forma de trazer uma afirmação de desenvolvimento e poder em um país com necessidades visíveis de obras de infraestrutura.

Nesse ímpeto de modernização e integração nacional, a arquitetura vai conhecer novos recantos geográficos, até então inexplorados. Arquitetos vão se envolver em grandes projetos desenvolvimentistas, embutidos em equipes organizadas por grandes empresas de engenharia consultiva (Themag, Hidroservice, Promon, Figueiredo Ferraz, IESA, GNEC, Tenenge), que, nos anos de 1960-1970, virtualmente monopolizaram o planejamento das grandes obras civis do regime militar (SEGAWA, 2002, p.160).

Na década de 1960, o governo brasileiro iniciou a regulamentação do mercado de hortifrutigranjeiros, estabelecendo um sistema de controle envolvendo as esferas federal, estadual e municipal. O Ministério da Agricultura era responsável pelo controle de preços e distribuição, enquanto os municípios administravam mercados e feiras. Antes mesmo da implantação do modelo de centralização proposto pelo Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINCEASA), cuja

estruturação começou em 1972 e foi formalizada em 1973, algumas experiências regionais já haviam sido implementadas. A CEASA de Pernambuco, por exemplo, foi fundada em 1965, organizando a distribuição de alimentos na capital e sendo posteriormente integrada ao sistema nacional em 1972. Já a CEASA São Paulo, inaugurada oficialmente em 1969, teve sua origem em estruturas anteriores, como o Mercado Municipal (1933) e o entreposto da Vila Anastácio nos anos 1960. Essas experiências pioneiras ajudaram a estruturar o modelo nacional de abastecimento, influenciando a criação das demais CEASAs brasileiras.

A criação do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (Sinac) justificava-se pela necessidade de padronizar produtos e reduzir custos, deixando a gestão a cargo da Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), que estabeleceu a implantação de CEASAs no Brasil, todas inseridas em capitais, exceto a de Campinas, uma vez que a sede (CEAGESP) era vinculada ao Estado de São Paulo¹.

Ao longo do 1º PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) foram implantados 10 entrepostos (Tabela 01), fruto de parcerias com organismos internacionais e da colaboração de técnicos especializados no planejamento e funcionamento de mercados no exterior, como os profissionais que atuaram na Mercasa², da Espanha (Mourão, 2008).

¹ Só passou à gestão federal em 1998, durante o processo de privatização do Banco do Estado de São Paulo, instituição na qual a Ceagesp tinha uma dívida milionária, o que levou o Estado a leiloar a instituição, mas que por falta de compradores, passou a ser federalizada e seu patrimônio serviu como parte do pagamento da dívida do Estado de São Paulo com a União (Manfrinato, 2021).

² A Mercasa é uma empresa pública espanhola especializada em logística e gestão de mercados atacadistas de alimentos, cuja experiência serviu de referência para a implantação das CEASAs no Brasil.

Tabela 01 - Local das centrais de abastecimento inauguradas no 1º PND (1972-1974).

CEASA	ANO	CEASA	ANO
Brasília	1972	Salvador	1973
Fortaleza	1972	Aracajú	1973
Recife	1972	Porto Alegre	1973
Rio de Janeiro	1972	Belo Horizonte	1974
São Gonçalo	1972	João Pessoa	1974

Fonte: Manual I: Breve estudo do Sistema das Ceasas no Brasil

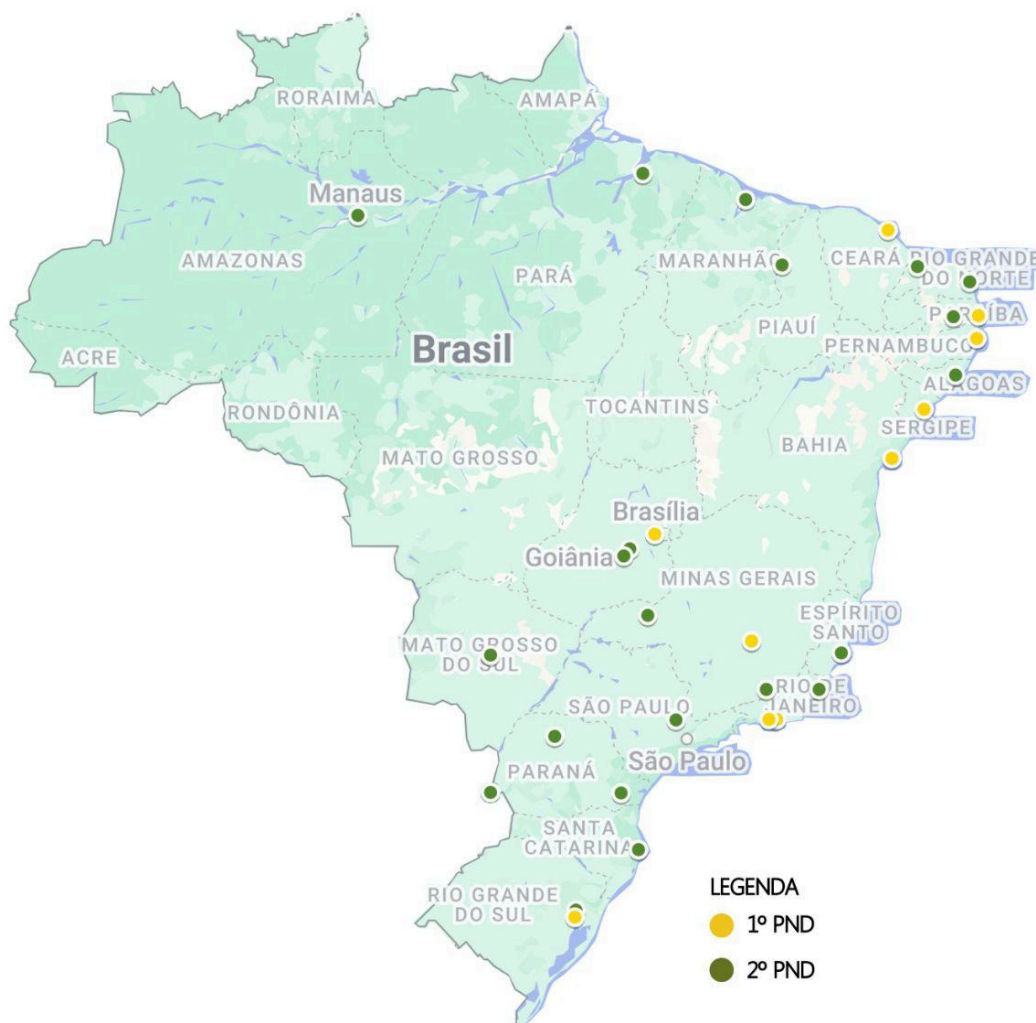
Já as 21 centrais que foram construídas durante o 2º PND (1975 - 1979), surgiram com uma nova ideia de desenvolvimento pela COBAL, na qual não seria mais feita a contratação dos projetos, mas ela mesma iria projetar (Nascimento, 2008).

Tabela 02 - Local das centrais de abastecimento inauguradas no 2º PND (1975-1979).

CEASA	ANO	CEASA	ANO
Manaus	1975	Mossoró	1977
Campinas	1975	São Luís	1977
Maringá	1975	Foz do Iguaçu	1978
Belém	1975	Florianópolis	1978
Goiânia	1975	Anápolis	1978
Maceió	1975	Uberlândia	1978
Curitiba	1976	Novo Hamburgo	1978
Campina Grande	1976	Juiz de Fora	1979
Natal	1976	Campos	1979
Teresina	1976	Campo Grande	1979
Vitória	1977		

Fonte: Manual I: Breve estudo do Sistema das Ceasas no Brasil

Figura 3 - Mapa dos entrepostos do 1º e 2º PND.



Fonte: Google Maps e Manual I: Breve estudo do Sistema das Ceasas no Brasil.

Ainda durante esse período, as centrais de abastecimento passaram por um momento de expansão, impulsionado por dois fatores principais: a regulamentação conhecida como "lei do perímetro", e os incentivos oferecidos aos comerciantes para atuarem dentro dessas centrais. A chamada "lei do perímetro" era uma diretriz adotada por várias administrações estaduais e municipais — muitas vezes incorporada aos convênios firmados com a COBAL —, que proibia a instalação de comércios atacadistas fora da área delimitada dos entrepostos, com o objetivo de garantir a centralização das atividades de abastecimento, evitar a concorrência desleal e assegurar padrões mínimos de higiene, fiscalização e controle de preços. Essa medida buscava fortalecer os entrepostos como polos organizados e eficientes de distribuição de alimentos nas áreas urbanas (Cunha, 2006).

A década de 1980 é marcada por dois fatores que se contrapõem na história das centrais, pois, por um lado, é um momento em que a agroindústria se fortalece e, conseqüentemente, existe um aumento na oferta de produtos, alavancada ainda pelo surgimento de novas tecnologias que auxiliam na melhoria da qualidade dos mesmos, por outro, é também nesta época que se inicia o declínio do sistema, com o Estado se afastando do gerenciamento das centrais.

Na redemocratização, em 1986, o Brasil passava por uma crise fiscal, a qual levou ao início do desmonte da SINAC. Segundo Mourão (2008), o governo federal diminuiu o investimento para as centrais e deu prioridade às chamadas “Cidades Hortigranjeiras³”, concorrentes das CEASAs, mas que não obtiveram sucesso, pois não conseguiram atender às redes de atacado, resultando na inconstância de produtos, fruto da falha na ligação entre o produtor e o varejo. Logo essa falta de investimentos foi o primeiro fator que atrapalhou o desenvolvimento das CEASAs.

Outro fator que prejudicou as CEASAs foi a proibição de reajustes de tarifas cobradas aos permissionários, a qual foi justificada como uma forma de conter a inflação. O governo não investia e ainda passou a atrapalhar a captação de capitais para a manutenção e desenvolvimento do sistema (Mourão, 2008).

No mesmo período, o decreto de nº 93.611 de 21/11/1986 foi editado e permitiu a passagem da CEASAs para a lista de empresas que poderiam ser privatizadas, no entanto, em 1988, o comando das ações foi repassado para os setores municipal e estadual (Cunha, 2006).

O órgão que ficou encarregado de fazer a transferência das centrais foi o CIP (Conselho Interministerial de Privatização), que não tinha interesse e nem conhecimentos para favorecer o sistema hortifrutigranjeiro, mas que pensava nisso como uma forma de se “livrar” dessa responsabilidade o mais rápido possível, levando ao crescimento de problemáticas dentro do programa como as transferências sendo feitas de forma apressada e sem planejamento, a falta de integração entre políticas públicas de abastecimento e desigualdade entre CEASAs no processo de privatização, pois algumas centrais mais lucrativas atraíram

³ As Cidades Hortigranjeiras eram áreas planejadas no entorno das CEASAs, destinadas a concentrar atividades comerciais e logísticas ligadas ao setor hortigranjeiro.

investidores privados ou foram estadualizadas com estrutura adequada, mas muitas outras ficaram sem recursos ou apoio institucional (Cunha, 2006).

Após o término do SINAC, cada instituição assumiu sua própria administração, resultando em diferentes desdobramentos, positivos ou negativos, incluindo a estagnação de algumas. Como tentativa de restabelecer a união das CEASAs, havia sido criada ainda em 1986 a Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento (Abracen), que atuava como intermediária na comunicação entre as administrações das centrais de abastecimento do país (Mourão, 2008).

A década de 1990 marcou um período decisivo para as centrais de abastecimento (CEASAs) no Brasil, que passaram a ser afetadas pelas políticas neoliberais de privatização e descentralização. Durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990–1992) e, posteriormente, de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002), iniciou-se o processo de privatização das CEASAs, coordenado pelo Programa Nacional de Desestatização (PND) (Cunha, 2000).

Embora algumas CEASAs tenham se reestruturado com gestões locais mais eficientes, muitas enfrentaram problemas, como o sucateamento da infraestrutura e a perda de representatividade junto aos pequenos produtores e consumidores, enfraquecendo a função pública de abastecimento (Pereira, 2017).

Em 2005, a Abracen recebeu o apoio do Ministério da Agricultura para promover a modernização, padronização e disseminação de dados do sistema hortigranjeiro (Mourão, 2008).

De acordo com Cunha (2006), o Brasil possui atualmente 57 entrepostos distribuídos em 21 estados, responsáveis pela comercialização de aproximadamente 8,7 milhões de toneladas de frutas, legumes e vegetais anualmente. Esse volume supera países como Espanha e França no mesmo período. Além disso, o setor agrícola é o que mais cresce no mundo, movimentando mais de US\$10 bilhões por ano no comércio atacadista (Mourão, 2008).

1.1 Ceagesp

Uma das centrais que mais se destacou por seu pioneirismo e escala de comercialização é a Ceagesp (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo), implantada na Vila Leopoldina, zona oeste da capital paulistana.

Figura 4 - Vista aérea da Ceagesp, década de 1960.



Fonte: Luiz Eduardo Cirne Correa.

Figura 5 - Vista aérea da Ceagesp, 2014.



Fonte: Paulo Toledo Piza/G1⁴

Antes do surgimento dessa central, o pólo de comercialização de hortifrutigranjeiros se encontrava no Mercado Municipal (inaugurado em 1933), no entanto, a década de 1960 foi um momento em que a cidade passava por um plano de desenvolvimento, em que se fazia necessário o surgimento de um novo entreposto atacadista para a distribuição de alimentos que atendesse à crescente população do estado (Manfrinato, 2021).

⁴ Disponível em:
<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/10/prefeitura-quer-tirar-ceagesp-da-zona-oeste-de-sao-paulo.html>

Figura 6 - Mercado Municipal de São Paulo.



Fonte: MTur Destinos - Rogerio Cassimiro⁵

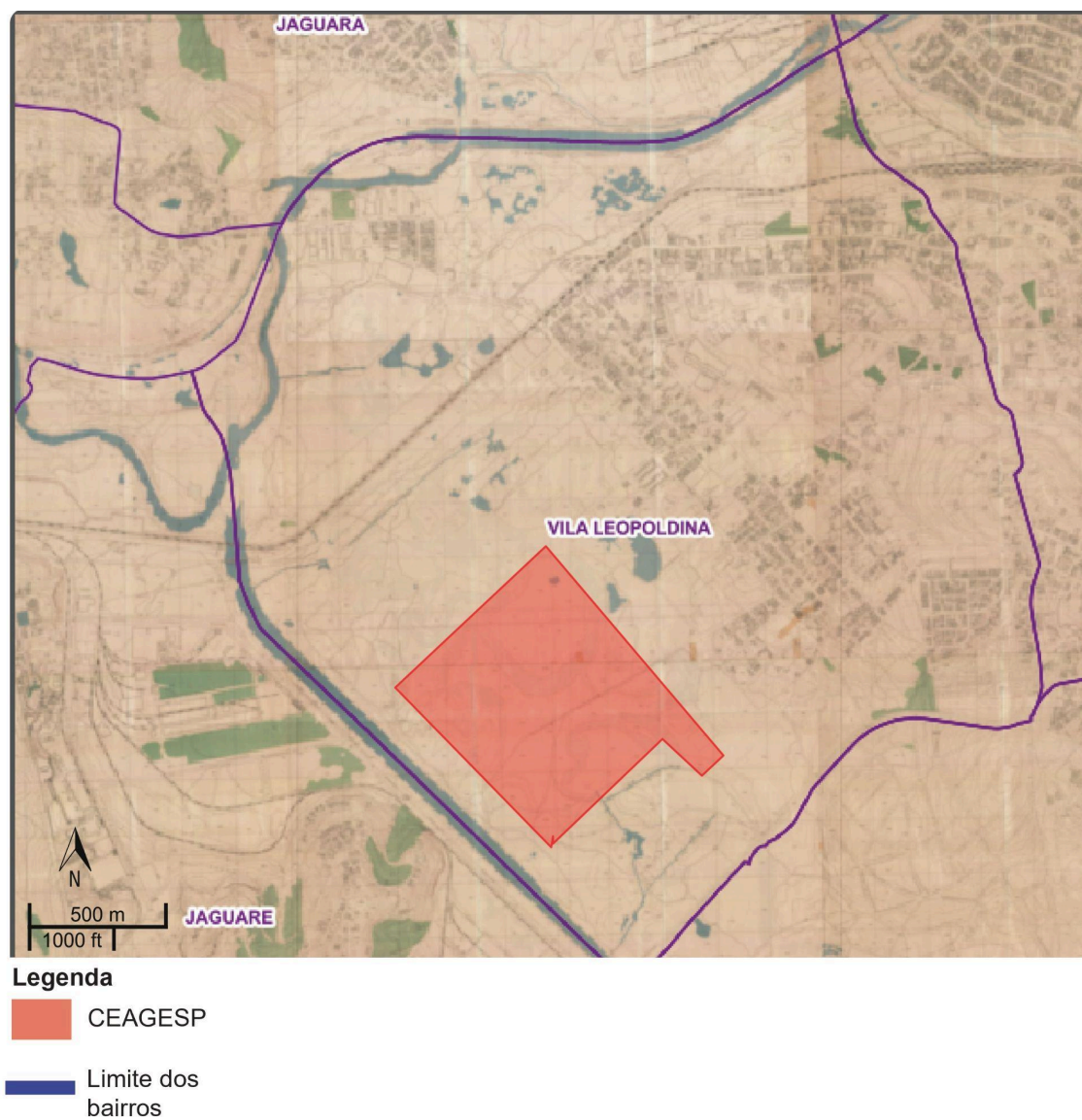
A inauguração da Central teve que ser adiantada devido à uma enchente que atingiu o Mercado Central e prejudicou a distribuição de alimentos da capital, logo a Ceagesp teve suas portas abertas em 1966 com as obras ainda em desenvolvimento (Manfrinato, 2021). Com uma área de 640.000m², o complexo abrigou o ETSP - Entrepasto Terminal de São Paulo e a Unidade de Armazenagem de São Paulo.

A denominação Ceagesp deu-se em 1969, devido à união de duas empresas: a CEASA (Central Estadual de Abastecimento) e a CAGESP (Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo).

Após a implantação da Central, sua vizinhança passou por diversas alterações, como a instalação de indústrias e centros de logística que influenciaram diretamente no desenvolvimento dos eixos rodoviários que lhe rodeiam. Nas figuras 7 e 8 é possível verificar o impacto das transformações do entorno, pouco ocupado em 1954, antes da instalação do entreposto, e bastante adensado em 2020.

⁵ Disponível em:
<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=131994286>

Figura 7 - Mapa da Vila Leopoldina, 1954.



Fonte: GeoSampa Mapa, editado por Oliveira, 2023.

Figura 8 - Imagem de satélite da Vila Leopoldina, 2020.



Fonte: GeoSampa Mapa, editado por Oliveira, 2023.

As alterações na malha urbana e o adensamento populacional foram acompanhados de um aumento do congestionamento, que se tornou ainda mais forte após a década de 1990, com a desativação dos ramais ferroviários e o aumento da circulação de caminhões (Oliveira, 2023).

De modo geral, as construções das CEASAs foram inspiradas em modelos de mercados europeus destacando-se pelo uso de coberturas que garantem grandes vãos e o favorecimento da entrada de luz natural (Fiammenghi, 2019).

Figura 9 - Interior do Mercado Livre do Produtor - Ceagesp.

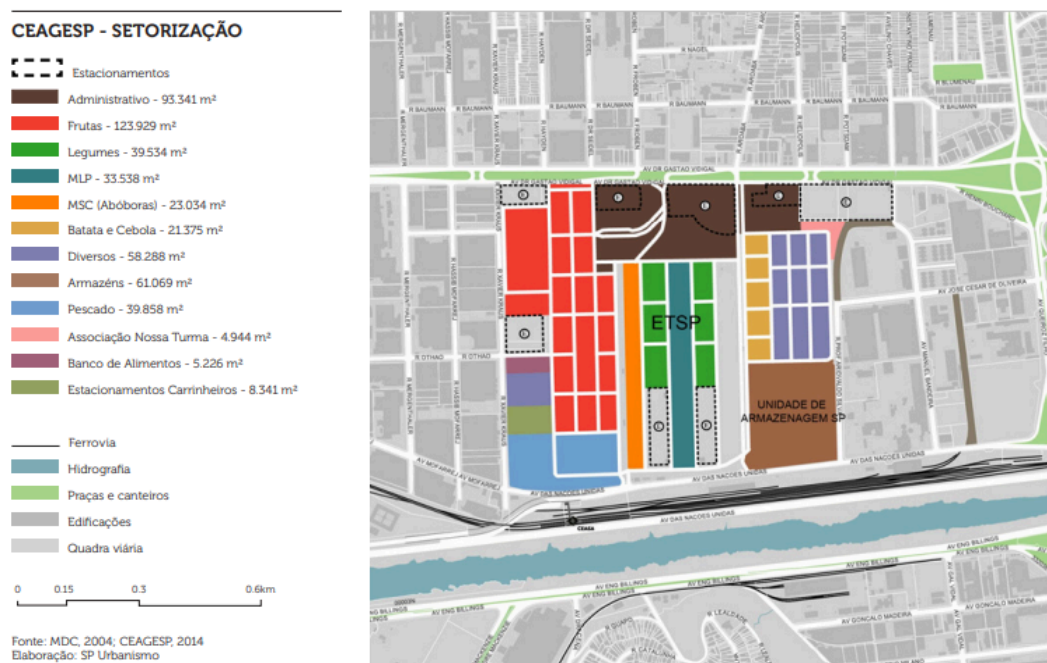


Fonte: ceagesp.gov.br

Em relação à organização do espaço (Figura 10) o entreposto da CEAGESP é segmentado conforme os tipos de mercadorias comercializadas e conta com uma ampla edificação central multifuncional, o Mercado Livre do Produtor (MLP), que reúne diversos vendedores de flores e produtos de varejo.

Projetado pelo escritório Figueiredo Ferraz, em 1962, o edifício do MLP se destaca por seu exoesqueleto (Figura 11), tornando-se um marco visual do complexo hortifrutigranjeiro, além da ausência de vedações, presentes apenas nos banheiros, dando uma sensação de amplitão e possibilitando uma maior iluminação e ventilação natural (Fiammenghi, 2019).

Figura 10 - Setorização - CEAGESP



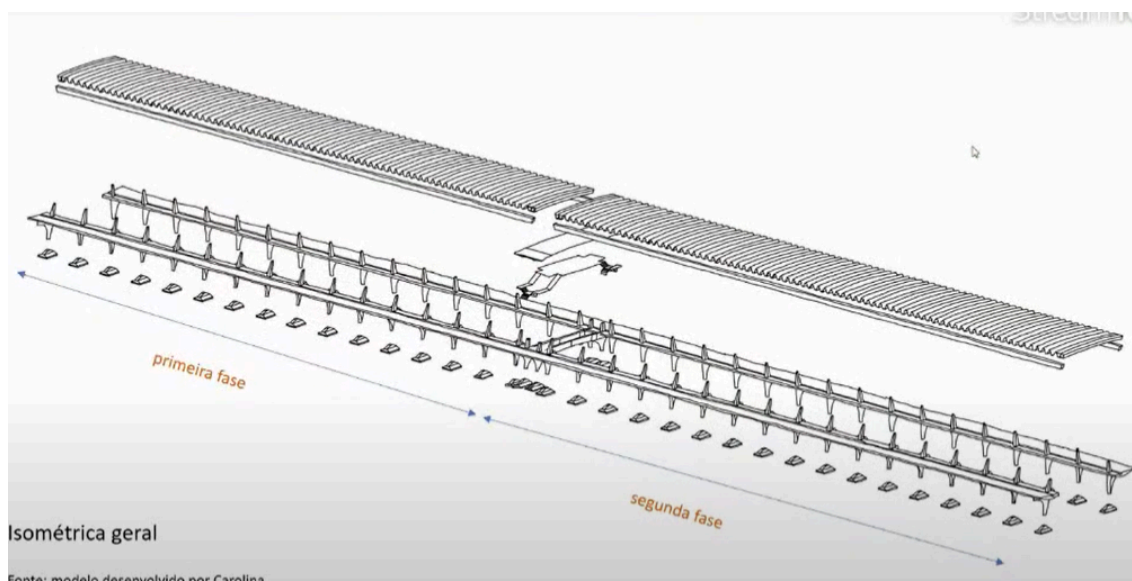
Fonte: MDC, 2004; CEAGESP, 2014.

Elaboração: SP Urbanismo.

Apesar do pioneirismo e do grande volume de mercadorias movimentadas atualmente, o local enfrenta problemas com a recorrência de enchentes na área, o que prejudica tanto a estrutura quanto os comerciantes. Tal fato tem sido apontado como justificativa para a transferência do local. No entanto, segundo notícias do jornal *Crusoe* (2024), existem outras especulações referentes ao desejo dos governantes em mudar o entreposto de lugar, incluindo interesses pela própria localização e os acessos que a rodeiam.

Em agosto de 2024, o presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou um decreto que exclui a CEAGESP do Programa Nacional de Desestatização (PND), de maneira que revogou o decreto assinado em 2019 pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, o qual tornava a CEAGESP um ativo para concessão pelo poder público à iniciativa privada. Segundo a revista *Crusoe*, a intenção do governo atual pode ser interpretada como uma forma de manter controle estatal sob a entidade, que precisa cumprir o papel da distribuição de alimentos de acordo com os interesses públicos.

Figura 11 - Vista isométrica geral do prédio MLP.



Fonte: FAU Mackenzie.

1.2 CEASA Porto Alegre

Outra Central de destaque na historiografia é a de Porto Alegre (RS), implantada na zona norte da capital, na Avenida Fernando Ferrari, estrategicamente pensada para estar próxima do aeroporto e das principais vias de acesso à cidade, além de ter o intuito de descentralizar o comércio antes concentrado no Mercado Público, localizado no Centro Histórico e próximo ao porto (Brizuela, 2019).

Para a construção do complexo, foi realizado um concurso de projetos, cujo vencedor foi o escritório “Fayet e Araújo”. O projeto definitivo foi apresentado em 1970 para ocupar uma área de 85,5 hectares. O escritório reuniu diversos profissionais para a realização da obra e entre eles estava o engenheiro uruguaio Eládio Dieste, o qual teve o papel de desenvolver o projeto para as cobertas, que se tornaram destaque do complexo (Brizuela, 2019).

Figura 12 - Vista aérea da Central de Abastecimento de Porto Alegre, época de inauguração.



Fonte: Acervo João Alberto / FAU UniRitter.

A central teve suas atividades iniciadas em setembro de 1973, no entanto, a cerimônia de inauguração só aconteceu em março de 1974. Quanto à sua setorização foram incorporados dois amplos setores essenciais para o funcionamento do complexo: o setor operacional e o setor de apoio. O setor operacional demandou a inclusão de diversas áreas estratégicas, tais como espaços destinados à comercialização e armazenamento de mercadorias, setor de manutenção, serviço de metrologia, estacionamento, unidade de resíduos e uma seção específica para embalagens, representados nos números 1,2,3 e 5 da Figura 14. Já o setor de apoio englobou áreas voltadas para a administração, espaços de convivência e lazer, além de serviços complementares que auxiliam no funcionamento do conjunto.

Figura 13 - Vista aérea da Central de Abastecimento de Porto Alegre, 2020.



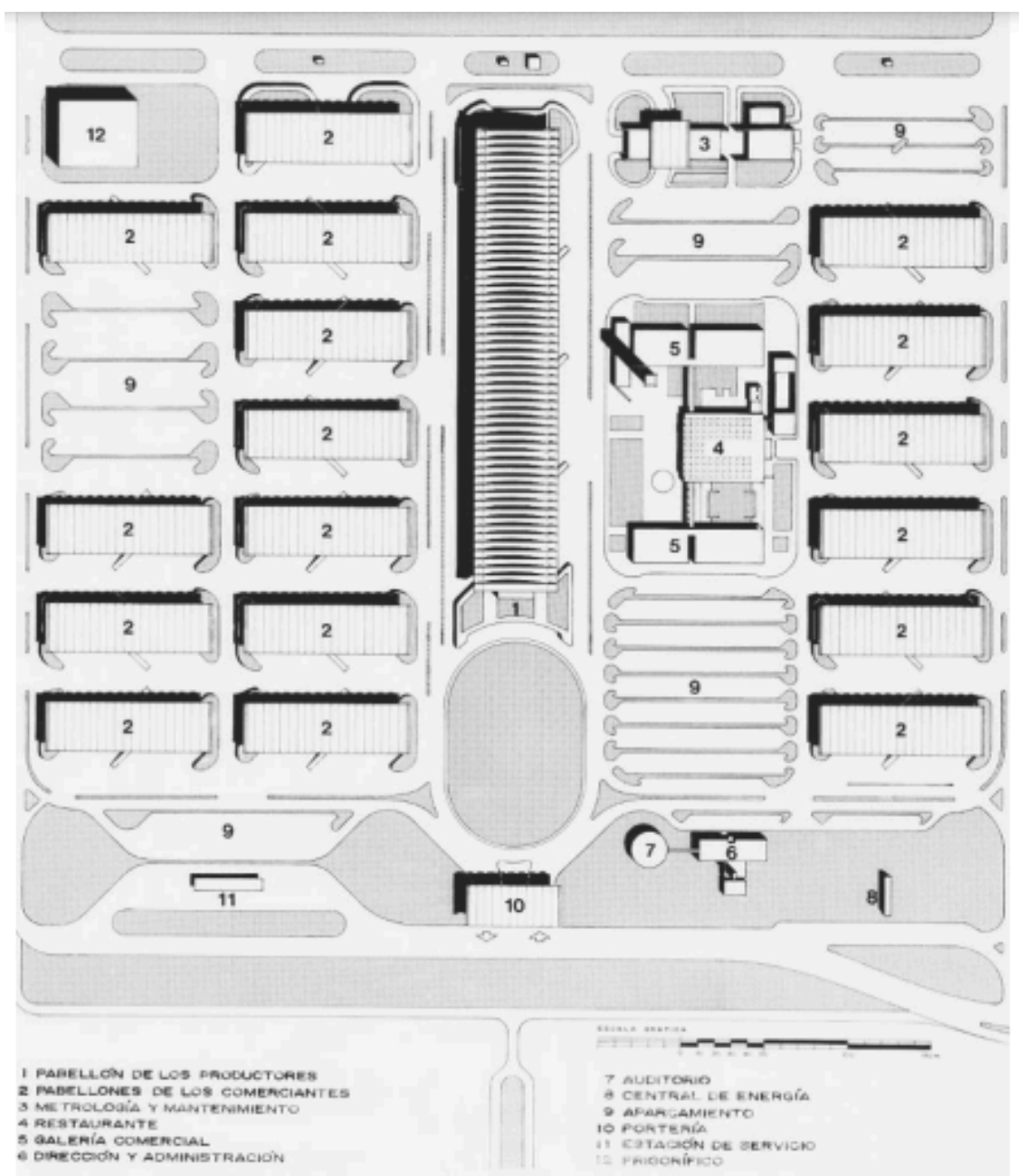
Fonte: ceasa.rs.gov.br

A organização espacial dos ambientes exerce um papel fundamental na dinâmica do local. A disposição dos pavilhões dos comerciantes, por exemplo, segue um conceito urbanístico semelhante ao de bairros, criando uma estrutura ordenada e funcional. O pavilhão principal, destinado aos produtores, foi posicionado de maneira axial, estabelecendo limites claros para as ruas transversais e conferindo maior fluidez à circulação. Além disso, o fechamento do quarteirão reservado para usos de utilidade pública contribui para a diferenciação e qualificação dos espaços, favorecendo uma separação eficiente entre áreas destinadas a veículos e zonas exclusivas para pedestres (Brizuela, 2019).

Em contraste, a CEAGESP (Figura 10) adota uma lógica menos axial e mais adaptativa, moldada pelas demandas de uma metrópole e pela malha urbana preexistente. A implantação dos pavilhões e setores ocorre de forma menos rígida, com estruturas distribuídas em torno de grandes eixos internos de circulação. A fluidez dos fluxos na Ceagesp depende mais da articulação entre os setores e da acessibilidade externa, com menos ênfase na separação clara entre pedestres e veículos, já que o foco está na alta rotatividade e na movimentação intensa de cargas. Além disso, a CEAGESP possui uma diversidade maior de funções e

usuários, o que leva a uma maior sobreposição de usos nos espaços comuns, diferentemente da setorização mais hierarquizada vista em Porto Alegre.

Figura 14 - Planta de setorização da CEASA/RS.



Fonte: Acervo João Alberto / FAU UniRitter.

Assim, enquanto a CEASA de Porto Alegre enfatiza a organização axial, o controle dos fluxos e a qualificação dos espaços por meio da separação funcional

clara, a CEAGESP revela uma implantação mais flexível, voltada à adaptação constante e à integração com o tecido urbano denso e dinâmico da capital paulista.

As edificações foram concebidas com o objetivo de atender dois perfis distintos de vendedores: aqueles que realizam a comercialização direta entre agricultores e varejistas, e os atacadistas, cuja atividade envolve a distribuição para o público geral. O Pavilhão dos Produtores (Imagens 15 e 16), que se destaca como a maior estrutura do complexo, foi projetado para funcionar como uma ampla praça coberta. Nesse espaço, a setorização dos comerciantes não ocorre por meio de divisórias fixas, mas sim por marcações no piso, permitindo maior flexibilidade na organização dos pontos de venda. Foi também essa edificação que fez o projeto ser conhecido mundialmente, principalmente devido às suas soluções construtivas, incluindo 41 abóbadas de tijolo armado de dupla curvatura com espaçamentos que permitem a entrada de luz natural (Brizuela, 2019).

Figura 15 - Pavilhão do Produtor.



Fonte: Acervo FAM.

Figura 16 - Interior do Pavilhão do Produtor.



Fonte: Acervo João Alberto FAU UniRitter.

Segundo o website do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, atualmente o entreposto desenvolve planos com o intuito de aumentar sua receita e reverter os valores em melhorias para o complexo. A instituição também cumpre um papel social com o programa “Tá no prato”, que distribui excedentes de comercialização da central, doados pelos comerciantes, e que são distribuídos em bairros com a presença de cozinheiros e nutricionistas encarregados de dar aulas à população.

Tanto a CEASA/RS quanto a CEAGESP preservam, em grande parte, suas estruturas originais, o que demonstra a eficácia e durabilidade de seus projetos. Essas centrais mantêm suas lógicas espaciais e funcionais iniciais, mesmo com as transformações urbanas ao redor. Já em João Pessoa, como se pretende mostrar, a central de abastecimento passou por um processo de descaracterização, com falta de manutenção e planejamento, o que comprometeu sua estrutura e funcionamento ao longo do tempo.

2 Central de Abastecimento de João Pessoa (CEASA/PB)

A Ceasa/PB surgiu como parte do projeto de desenvolvimento conjunto do governo brasileiro para organizar a comercialização de produtos da agricultura local nas grandes capitais. A iniciativa ocorreu, como apresentado na seção anterior, em um momento de crescimento econômico que promoveu a construção de grandes obras, como uma forma de afirmação do desenvolvimento em um país que carecia de obras de infraestrutura.

Durante esse período foram realizadas construções fundamentais para a expansão da capital paraibana, como por exemplo a criação de importantes eixos viários que serviriam como instrumento de transporte de mercadorias, além de facilitar o acesso para governantes de outras partes do Brasil e se tornarem símbolos de desenvolvimento do país (Pereira, 2008).

2.1 Expansão urbana e a implantação da CEASA de João Pessoa.

Uma das principais estruturas associada à expansão urbana de João Pessoa nos anos 1960 é a do Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (Figura 17), que teve sua construção iniciada em 1965, apesar da localização ter sido escolhida ainda antes da ditadura militar. Segundo Pereira (2008), o campus tornou-se um agente no desenvolvimento urbano de outras áreas da cidade, pois serviu como incentivo para o crescimento à sudeste (Pereira, 2008).

Figura 17 - Vista aérea do Campus da UFPB na década de 1970.



Fonte: Beltramini et al., 2022.

A construção das BRs 101 (1950) e 230 (1970) (Figura 20) foram fundamentais para ampliar a conexão rodoviária da cidade, tendo a segunda se tornado um importante eixo de conexão e expansão da cidade, já que passa pelo Distrito Industrial, Central de Abastecimento e pelo Campus da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), obras que tiveram grande influência no crescimento e expansão da malha urbana da capital (Nascimento, 2024).

Ainda durante esse período, junto a diversas obras de infraestrutura, foram construídas obras de incentivo ao esporte, principalmente o futebol, como uma forma de projetar a identidade nacional e conseguir apoio popular (Nascimento, 2024). É o caso do antigo Estádio Ernani Sátiro (1975), com nome em homenagem ao governador da época, mas que atualmente se chama Estádio José Américo de Almeida Filho. Localiza-se ao lado da BR-230 e próximo à Central de Abastecimento, local de fácil acesso e distante do tecido urbano já consolidado até a década de 1970 (Araújo, 2010).

Figura 18 - Vista aérea da construção do Estádio Ministro José Américo de Almeida, 1971.

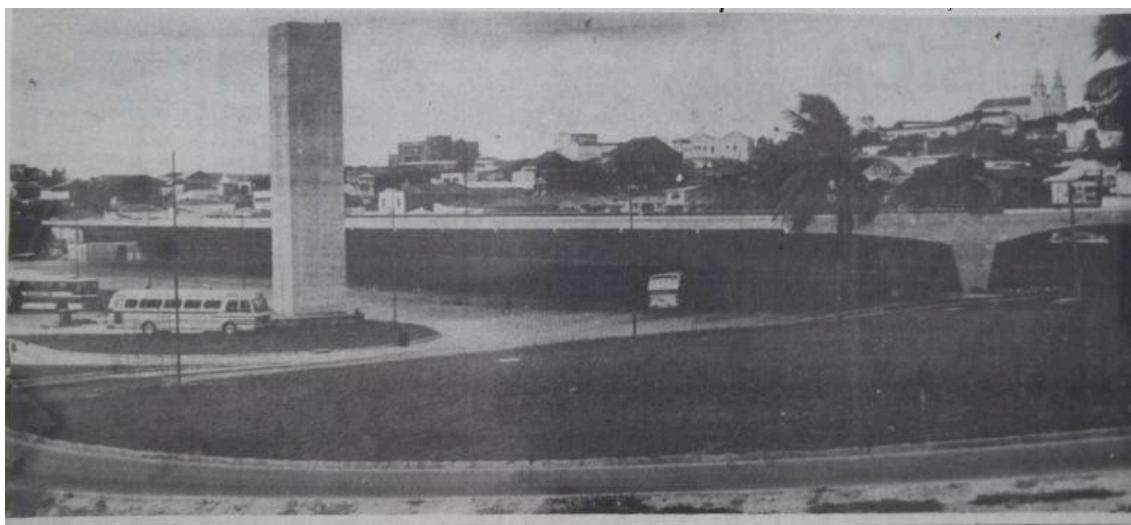


Fonte: Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer da Paraíba, 2017.

Outra construção que impactou a malha urbana da cidade foi o novo Terminal Rodoviário Severino Camelo, inaugurado em 1982. A obra foi realizada pelo Governo do Estado da Paraíba. O terminal anterior localizava-se no bairro do Varadouro, no centro da cidade, mas, com o tempo, sua implantação, estrutura e segurança passaram a ser alvo de críticas, pois não atendiam mais à demanda da população (Araújo, 2010). Logo se iniciou a construção de uma nova rodoviária, implantada próxima à estação ferroviária já existente, de modo a integrar esses dois meios de transporte.

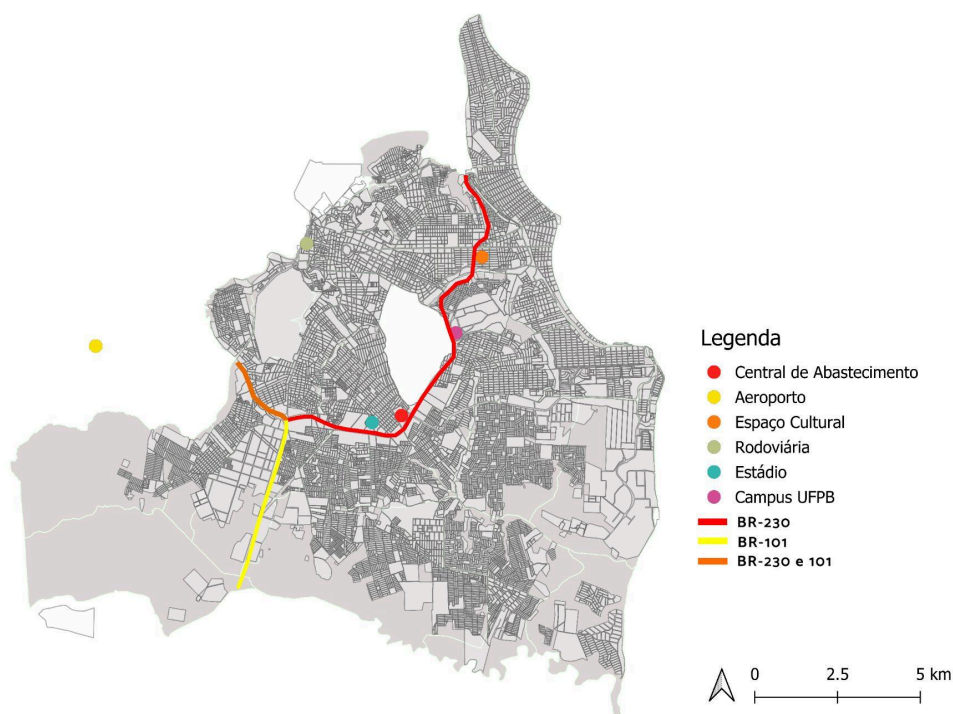
Estes e outros grandes equipamentos construídos durante o período do regime militar foram mapeados e apresentados no Trabalho de Conclusão de Curso “A arquitetura do poder público na construção da cidade de João Pessoa (1964-1985)”, de Nascimento (2024), que os analisa como instrumentos estratégicos de reconfiguração urbana e que serviram como elementos de expansão e modernização da cidade, refletindo o ideal tecnocrático e centralizador do período.

Figura 19 - Nova rodoviária Severino Camelo, década de 1980.



Fonte: Oliveira e Viana.

Figura 20 - Mapa de grandes equipamentos construídos durante a ditadura militar na cidade de João Pessoa e caminhos das BRs.



Fonte: Nascimento, 2024, editado pela autora.

A implantação da CEASA de João Pessoa está diretamente ligada à presença da BR-230, que foi um dos principais eixos de expansão urbana da cidade durante o período da ditadura militar. A escolha do local próximo à rodovia não foi aleatória: visava facilitar o escoamento da produção agrícola e a chegada de mercadorias, além de integrar o equipamento a uma malha viária estratégica para a região.

Mas para entender o contexto de implantação da CEASA, parece necessário entender a própria lógica de organização do comércio atacadista da cidade nas décadas anteriores. Assim como verificado em outras cidades, a cidade de João Pessoa contava com um Mercado Público Central, que foi inaugurado entre 1948 e 1950, na área central da cidade, naquele momento se configurando como um local estratégico, já que o intuito era modernizar o espaço urbano da cidade (Coutinho e Vidal, 2007).

Com a ampliação da população e do comércio surgiu a necessidade de descentralizar o Mercado Central, papel que foi atribuído à CEASA. Para atender ao projeto governamental, o poder público estadual realizou diversos estudos de viabilidade para escolher o local de implantação da Central, no qual os técnicos responsáveis buscaram um terreno que alinhasse as seguintes condições: estrada de fácil acesso, abastecimento de água, energia elétrica, além de outros fatores necessários para o empreendimento (A União, 1971).

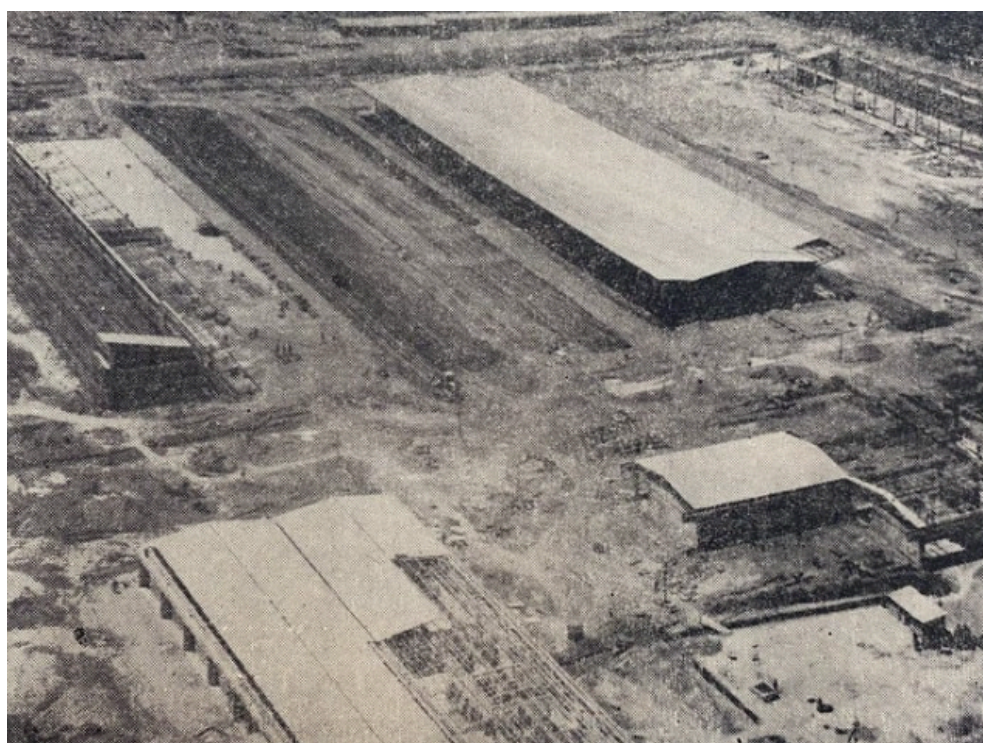
O local escolhido para o complexo foi a Avenida Ranieri Mazzilli, s/n, no bairro do Cristo Redentor. A localização escolhida levou em conta a proximidade às importantes vias de acesso à cidade com a BR-230, proporcionando a locomoção mais facilitada para fornecedores de produtos do interior e cidades vizinhas. Além da localização, a escolha do terreno foi fundamental por possuir grandes dimensões: uma área de 164.500 m², que incluía armazéns e lojas, em um projeto pensado e supervisionado pela empresa de engenharia paulista, Hidroservice (A União, 1971).

Figura 21 - Vista aérea da Central de Abastecimento de João Pessoa, 1974.



Fonte: Jornal Diário de Pernambuco, 15 de setembro de 1974, edição 247.

Figura 22 - Vista aérea da construção da Central de Abastecimento de João Pessoa, 1973.



Fonte: Jornal A União, edição de 15 de dezembro de 1973.

Figura 23 - Matéria dos Diários Associados com destaque à Hidroservice.

Cinquentenário dos Diários Associados Página 9

As obras projetadas pela Hidroservice muitas vezes foram notícia nos Diários Associados. Nesta edição comemorativa dos 50 anos dos Diários, a Hidroservice conta um pouco da sua própria história.

Hidroservice é o nome de uma empresa brasileira que ocupa lugar de destaque na engenharia consultiva do país. E que, abrindo sempre oportunidades de trabalho para profissionais das mais variadas especialidades, acabou constituindo-se na maior empresa independente de consultoria em todo o mundo, pelo número de pessoas que emprega.



Por isso, vale a pena conhecer um pouco de sua história, o que ela faz e o que pode fazer.

Vamos voltar um pouco no tempo, a 1958.

Um engenheiro mato-grossense, formado pelo Mackenzie, com o título de Master of Science da Universidade de Iowa nos Estados Unidos, de nome Henry Maksoud está abrindo uma empresa de consultoria.

Que vai chamar-se Hidroservice porque o jovem engenheiro é especialista em planejamento de bacias hidrográficas, hidráulica e hidrologia.

E que vem com uma tese que o engenheiro defende até hoje com unhas e dentes: "O Brasil precisa de tecnologia própria e homens de liderança, e só se deve importar tecnologia de maneira inteligente, para que os nossos cérebros tenham condições de se desenvolver cada vez mais e permanecer no país".

E o jovem engenheiro estava mesmo certo.

Ele, que havia recusado permanecer no exterior como mais um cérebro exportado, em pouco tempo viu sua empresa crescer.

E às custas de um trabalho sério e consciente a Hidroservice ampliou seu raio de ação. Diversificou-se amplamente. Transformou-se numa empresa aparelhada para estudar a viabilidade de qualquer plano, elaborar projetos, coordenar a sua implantação, assessorar na escolha de empreiteiros, indicar quem fabrica os equipamentos, gerenciar as construções e montagens, fornecer assistência legal, administrativa e financeira, ajudar na operação inicial e entregar as obras prontas e em condições de atender aos seus objetivos.

Exatamente como a Hidroservice fez na Hidrelétrica de Jaguari, em São Paulo, e nas Centrais de Abastecimento de Fortaleza, Belo Horizonte e João Pessoa.

Como está fazendo no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro e na Hidrelétrica de Sobradinho, no Rio São Francisco.

Como fez o Plano de Telecomunicações de Pernambuco, Paraíba e Alagoas.

Como faz uma fábrica de papel e celulose, agora, em São Paulo.

Como planejou a implantação definitiva dos 2.200 km da Belém-Brasília e projetou em detalhes e fiscalizou a implantação de centenas de quilômetros dessa rodovia.

Como fez o plano diretor e projetos e fiscaliza obras do Sistema Ferroviário do Rio Grande do Sul.

E ainda tem uma série de trabalhos já realizados que dariam para encher esta folha.

No exterior, entre várias obras, estuda a viabilidade e projeta a estrada Patacumayo-Tambo Quemado no altiplano andino, na Bolívia, e a importante auto-estrada entre Quito e Guayaquil, de 400 km de extensão, vencendo um desnível de 3.500 m nos Andes do Equador; foi escolhida para o projeto de controle de enchentes, irrigação e produção de energia em Jubones, no Equador, e para realizar os estudos dos aeroportos internacionais de La Paz e Cochabamba e o de Santa Ana de Yacuna, na Bolívia; tendo sido selecionada também para o estudo do sistema de mercados de Assunção, no Paraguai.

E ainda lidera um consórcio pré-qualificado para a implantação do Novo Aeroporto Internacional de Lisboa. (Uma obra que custará cerca de 300 milhões de dólares somente na sua primeira fase.)

A verdade é que hoje, como iniciativa privada, a Hidroservice é a maior empregadora em toda a América Latina de profissionais universitários. Um potencial de 500.000 homens-hora por mês de capacidade de trabalho para resolver problemas do universo da engenharia.

Por isso, hoje, quando a Hidroservice se oferece para projetar a sua fábrica, o seu edifício, o seu hospital, a sua siderúrgica, a sua refinaria, o seu porto e outras obras que ajudam o país a crescer, ela não está procedendo com autoconfiança excessiva.

Ela está apenas tentando facilitar a vida dos homens que decidem o destino das grandes obras na sua empresa.

E fazendo isso de um jeito muito simples.

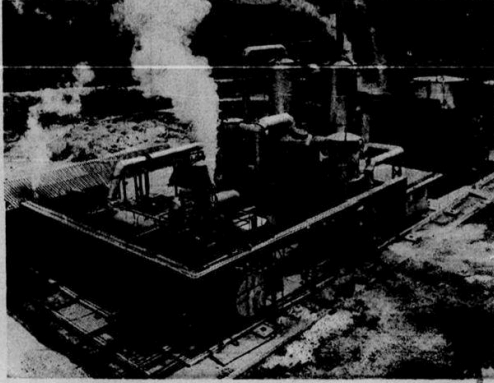
Sugerindo a todos que, antes de se lançarem a um grande empreendimento, entrem em contato com a Hidroservice e negociem um contrato com ela.



O custo dos serviços que lhe forem confiados não será nem maior nem menor do que deve custar um trabalho bem feito. Utilizando a Hidroservice, verifica-se que, apesar da capacidade e experiência que ela oferece, o custo dos serviços é perfeitamente acessível e representa pequena parcela do investimento global exigido pelo empreendimento.

Mas, se não forem consideradas nem capacidade nem experiência, mas apenas o preço mais baixo, deve-se deixar de lado uma reserva para os riscos que se vai correr depois.

Se você tem um empreendimento na cabeça, telefone para a Hidroservice. É o caminho mais curto entre a idéia de uma grande obra e a realidade do seu dia de inauguração.



HIDROSERVICE
Engenharia de Projetos Ltda.

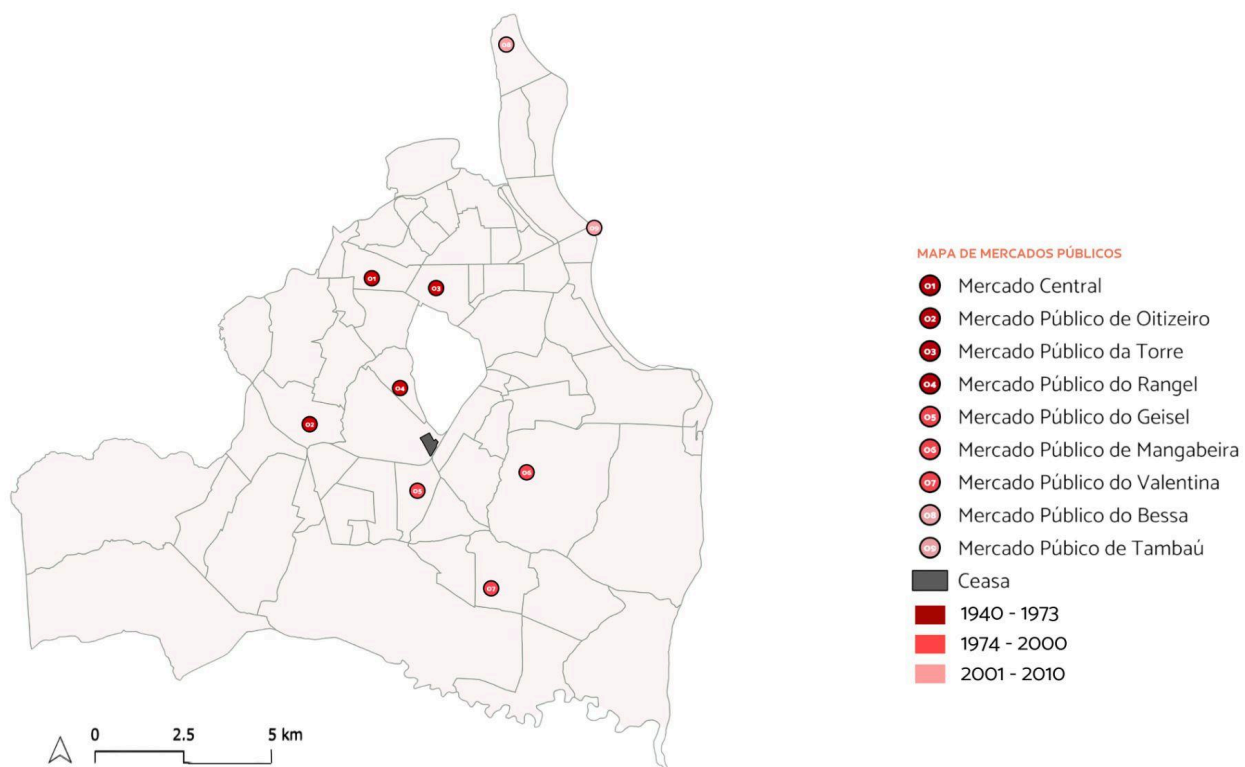
R. Afonso Celso, 225 - Fone: 021.304 - São Paulo.
Brasília - Rio - Belo Horizonte - Salvador - Recife - Belém - Porto Alegre.

Segundo matéria publicada no Diário de Pernambuco (Figura 23), a Hidroservice era uma empresa de bastante destaque na área de engenharia na época. Fundada em 1958, pelo engenheiro mato-grossense Henry Maksoud, como uma empresa de consultoria, mas que com os anos também passou a elaborar projetos, assessorar a escolha de empreiteiras, gerenciar construções, entre outras funções. A empresa também foi responsável pelas obras das centrais de abastecimento de Fortaleza e Belo Horizonte, além do Plano de Telecomunicações de Pernambuco, Paraíba e Alagoas e diversos outros trabalhos nacionais e no exterior.

Como parte da programação da implantação da CEASA de João Pessoa, novos mercados foram criados, como o do Rangel, e outros foram reformados, como o de Oitizeiro, com o intuito de oferecer melhores condições para que o Governo do Estado pudesse cumprir a política de abastecimento a partir de uma boa rede de distribuição espalhada pela cidade, contribuindo assim para evitar a intromissão de atravessadores.

Na Figura 24 é possível identificar os mercados públicos existentes antes e após o surgimento da Central. Ao examinar as informações nota-se no período entre 1940 a 1973 a concentração desses equipamentos próximo ao centro da cidade, evidenciando a importância do Mercado Central e ajustada à malha urbana da época. Com a inauguração da Central os mercados de bairro começam a se espalhar na porção sul da cidade, o que indica um momento de expansão urbana para aquela região, que unido ao investimento em rodovias parece contribuir para a importância do local devido à facilidade na circulação de mercadorias. Já no recorte de período mais atual, entre 2001 e 2010, surgem mercados no extremo norte da cidade, próximos à orla, em bairros que estão em crescente desenvolvimento como o Bessa e Tambaú.

Figura 24 - Mapa da localização de mercados públicos importantes em João Pessoa e período de suas inaugurações.



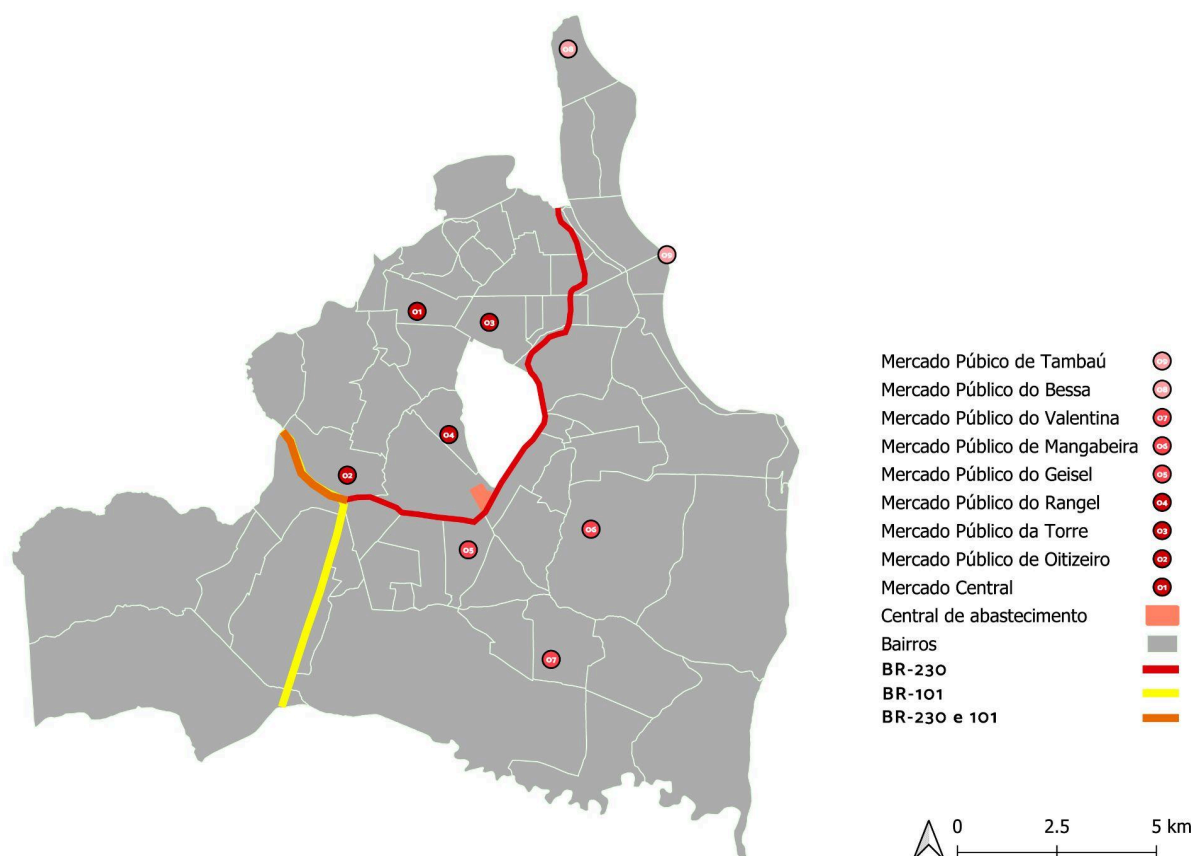
Fonte: Site Filipeia - Mapa das Cidades, editado pela autora.

Figura 25 - Mercado Público de João Pessoa.



Fonte: Site Paraíba Criativa.

Figura 26 - Mapa da localização de caminhos das BRs e mercados públicos importantes em João Pessoa.



Fonte: Site Filipeia - Mapa das Cidades, editado pela autora.

A Lei Ordinária nº 1860, de 1973, autorizou o Poder Executivo a participar de uma sociedade de economia mista para a construção, instalação e exploração de centrais de abastecimento, incluindo a CEASA. Essa lei também concedeu à CEASA isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano por dez anos a partir de sua constituição, incentivando sua implementação e operação.

O Código de Urbanismo, instituído pela Lei nº 2.102 de 31 de dezembro de 1975, estabeleceu as normas ordenadoras e disciplinadoras referentes ao planejamento físico do município. Este código definia as diretrizes para o desenvolvimento urbano, incluindo o zoneamento de áreas e a definição de usos permitidos em cada zona da cidade. Apesar da central ter sido inaugurada um ano antes da instituição do código, sua localização no bairro do Cristo Redentor está em

conformidade com as diretrizes de zoneamento estabelecidas pelo Código de Urbanismo, permitindo a instalação de equipamentos públicos de grande porte nessa área.

2.2 Da concepção da CEASA à estruturação do abastecimento

De acordo com informações publicadas no Jornal A União, a CEASA de João Pessoa foi concebida a partir de setores de comercialização e de administração, que estavam distribuídos num conjunto de grandes e pequenos prédios:

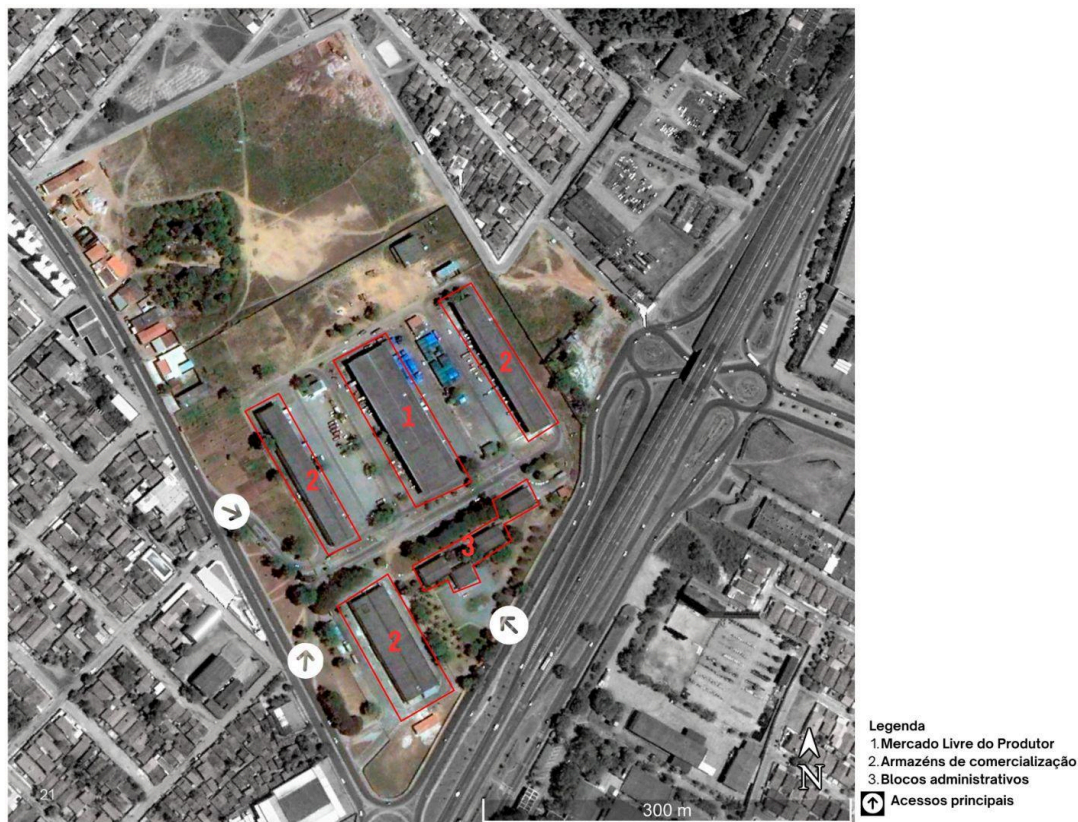
No primeiro, há uma praça de comercialização, constituída de três blocos: um mercado livre do produtor, ao centro, e dois armazéns, nas laterais, ambos para compra e venda a nível de atacado. Além disso, dispõe de supermercado e hortomercado, destinados à comercialização a nível de varejo (A UNIÃO, 1974).

A setorização do projeto se assemelha às das outras CEASAs apresentadas, como a Ceagesp (Figura 10), em que a administração se encontra próximo ao acesso principal, além da implantação de um galpão principal na parte central do lote (Figura 27).

O projeto original contava com o Mercado Livre do Produtor, que foi construído no centro e foi ladeado por dois blocos de armazéns, os quais eram destinados à venda de frutas, hortaliças e ovos, responsáveis por definir a praça de comercialização e o centro de convergência de pessoas e veículos.

Cada um desses armazéns ocupa uma área de 2,2 mil metros quadrados e foram subdivididos em 30 boxes. Já o Mercado Livre conta com uma área de 3060 metros quadrados, totalmente coberta e dividida em 100 módulos, planejados para abrigar a comercialização de frutas e verduras, que eram vendidas diretamente pelos produtores ou seus representantes.

Figura 27 - Imagem de satélite com indicação da setorização e acessos da Central de Abastecimento de João Pessoa.

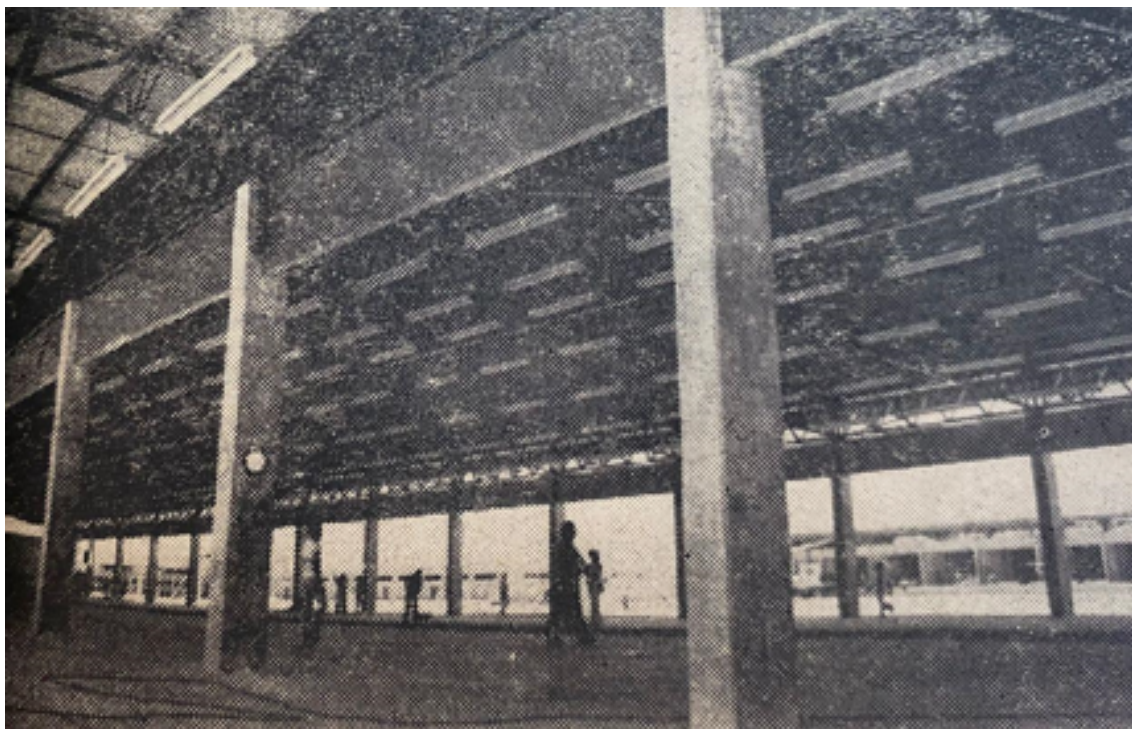


Fonte: Google Earth, 2017, editado pela autora.

No setor administrativo foram implantados o edifício principal da administração e o pavilhão do supermercado e hortomercado, além de dependências para lojas, bancos, restaurantes, serviços gerais de reparos e manutenção.

O Mercado Livre (Figura 28) possui dimensões de 23,50 metros de largura e 125 metros de comprimento, proporcionando um amplo espaço para circulação e comercialização. Os galpões de comercialização diferem apenas na largura, que é de 12,80 metros, mantendo a mesma extensão.

Figura 28 - Fotografia do Mercado Livre do Produtor em João Pessoa, 1974.



Fonte: Jornal O Norte, 10 de setembro de 1974 - Nº 5.361.

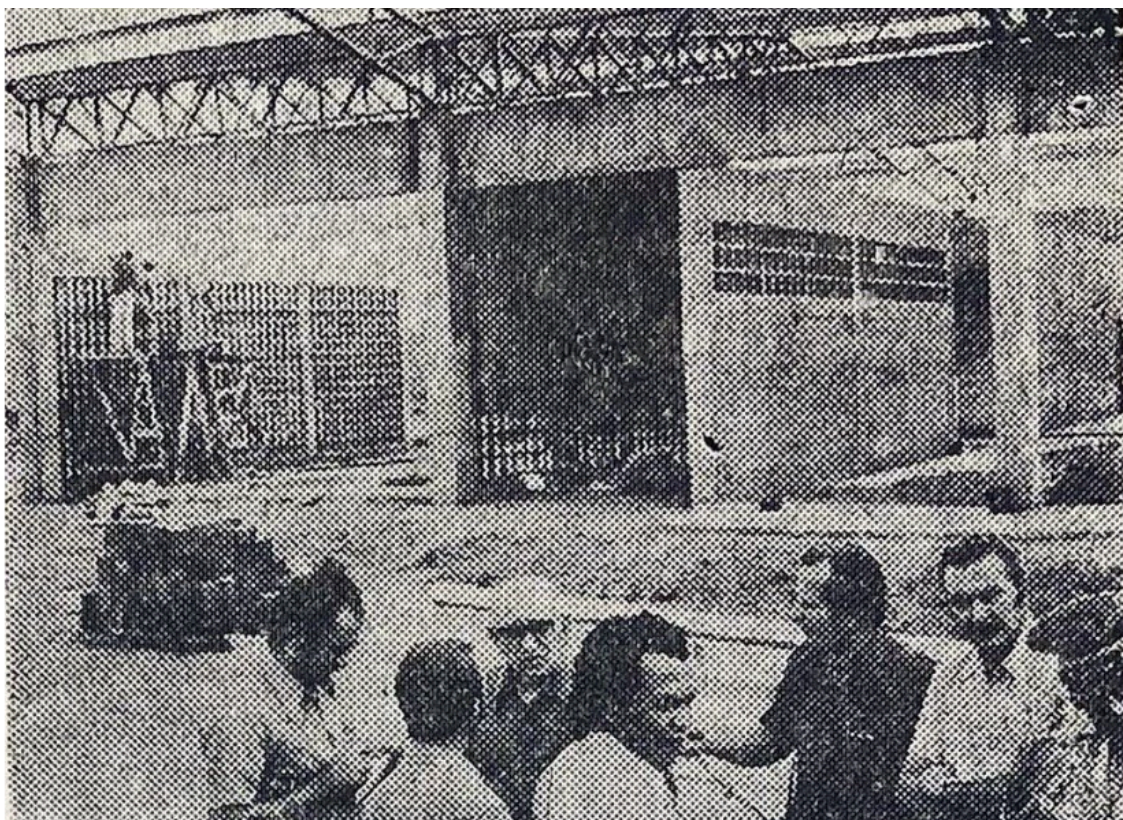
Figura 29 - Fotografia lateral do Mercado Livre do Produtor em João Pessoa, 1974.



Fonte: Jornal O Norte, 10 de setembro de 1974 - Nº 5.361.

Os galpões foram construídos com estrutura em concreto e vedações em alvenaria, recebendo cobertura metálica no formato borboleta, com telhas de fibrocimento. Esse tipo de telha, embora tenha um custo mais baixo em comparação a outras opções, possui baixa capacidade de isolamento térmico, o que contribui para deixar o ambiente interno quente e abafado. Além disso, exige manutenção frequente devido à sua fragilidade e desgaste ao longo do tempo. Essas telhas são sustentadas por treliças metálicas robustas (Figura 30), que permitem vencer grandes vãos.

Figura 30 - Fotografia da construção dos galpões da Central de Abastecimento, 1974.

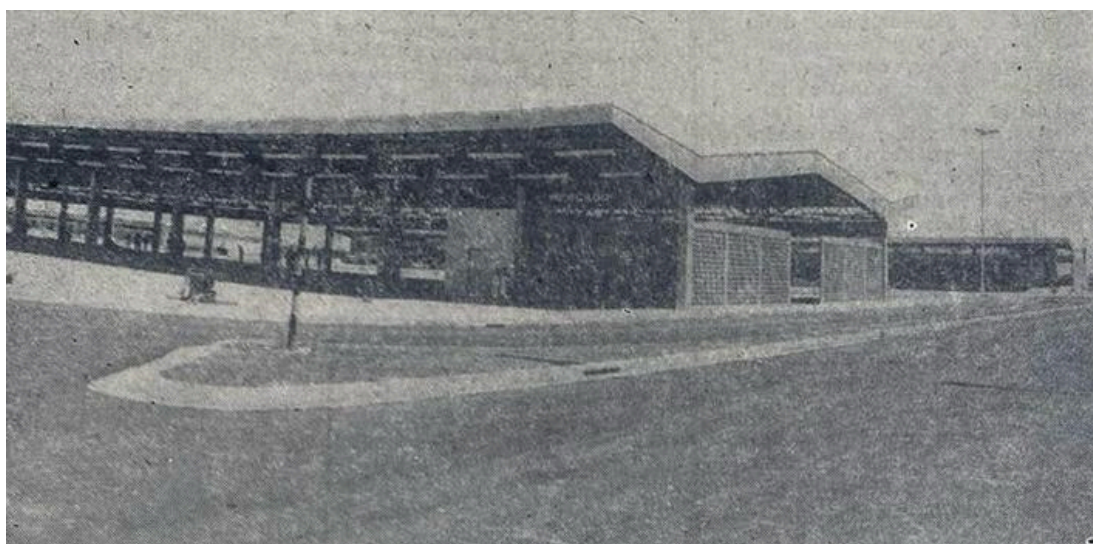


Fonte: Jornal A União, 15 de janeiro de 1974.

O acesso aos comerciantes é feito pela lateral dos pavilhões (Figura 32), que contam com aberturas projetadas para permitir a entrada de iluminação natural ao longo de toda a extensão das faces laterais. Já o Mercado Livre dispõe de um acesso centralizado, feito por meio de um corredor longitudinal, que organiza e otimiza o fluxo interno de pessoas e mercadorias. Além disso, a edificação é

iluminada também nas faces transversais, graças ao formato adotado para a cobertura. Inicialmente o Mercado Livre era um espaço aberto, sem divisórias laterais e internas, mas com o passar dos anos passou por alterações.

Figura 31 - Fotografia com Mercado Livre do Produtor em primeiro plano, 1974.



Fonte: Jornal A União, 11 de setembro de 1974.

Figura 32 - Fotografia da construção dos galpões da Central de Abastecimento, 1974.



Fonte: Jornal O Norte, 10 de setembro de 1974 - Nº 5.361.

2.3 O projeto

O programa da Central de Abastecimento de João Pessoa foi edificado em uma área de 86.000 metros quadrados, dos quais mais de 11.000 metros são cobertos. Foi dividido em dois setores principais: o setor comercial e o setor administrativo. O setor comercial engloba áreas destinadas à comercialização e armazenamento de produtos, além de incluir estacionamento e áreas para carga e descarga de mercadorias. Já o setor administrativo compreende os espaços administrativos, lojas, bancos, restaurantes, serviços gerais de reparos e manutenção.

É no setor comercial que se concentram os edifícios analisados neste estudo — os pavilhões centrais da Central de Abastecimento de João Pessoa. O projeto se organiza a partir de um eixo central que atravessa o terreno, posicionando o pavilhão do produtor de forma centralizada. A partir desse núcleo, o conjunto se desdobra em faixas horizontais onde se distribuem os pavilhões destinados aos comerciantes e demais edificações de apoio. Entre os edifícios, encontram-se áreas destinadas ao estacionamento e vias internas de circulação, que seguem um traçado regular. O acesso principal ao complexo é marcado por um volume vertical, que marca simbolicamente a entrada da central e abriga uma caixa-d'água (Figura 33).

Diante da necessidade de espaços adequados para a venda e aquisição de produtos cultivados tanto na região quanto em outras localidades, foram projetados pavilhões voltados para dois perfis distintos de vendedores: um pavilhão principal para a comercialização direta entre agricultores e comerciantes varejistas, e outros dois pavilhões destinados aos atacadistas que atendem ao público em geral.

A escolha estrutural dos edifícios da Central de Abastecimento de João Pessoa reflete uma abordagem funcional e econômica. O projeto teve como foco principal a racionalidade construtiva, a modularidade e a facilidade de circulação de mercadorias, características essenciais para um equipamento público de grande porte.

Figura 33 - Acesso principal da Central.



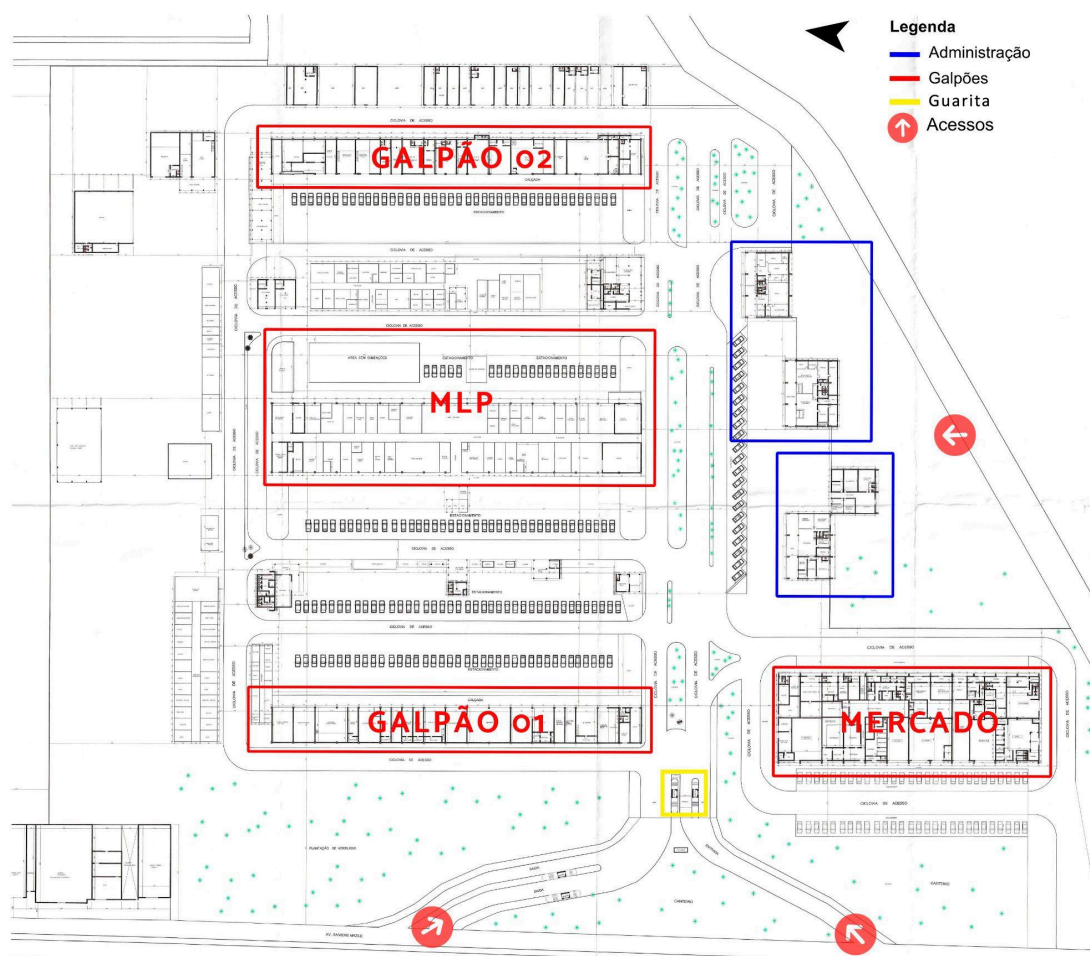
Fonte: Fotografia de autoria própria, 2025.

Apesar da intenção de padronização das centrais pelo território nacional, dentro de uma lógica de zoneamento funcional e organizada a partir de edifícios de planta genérica, é possível perceber uma diversidade das abordagens acerca dos sistemas estruturais adotados. Se na central de Porto Alegre observa-se a utilização das abóbadas em tijolo armado e na CEAGESP em São Paulo a utilização de uma sequência de elementos portantes inclinados em forma de “Y” que apoiam um conjunto de “folhas poliédricas ou cascas protendidas”, em João Pessoa a estrutura foi concebida a partir de sistemas de pilares e vigas em concreto armado, combinados com coberturas metálicas que sustentam as telhas de fibrocimento. Os espaços abertos das treliças metálicas buscavam facilitar a ventilação e iluminação natural. Esse tipo de estrutura possibilita grandes vãos livres, fundamentais para o funcionamento dinâmico dos pavilhões de comercialização, onde o layout interno precisa ser flexível e adaptável às variações de uso.

A modulação repetitiva e o uso de sistemas construtivos padronizados permitiram não apenas agilidade na execução das obras, mas também a

possibilidade de expansões futuras, conforme previsto no planejamento escalonado do complexo. A escolha por soluções técnicas robustas e de fácil manutenção também dialoga com a natureza do uso intensivo do espaço, que recebe diariamente um grande fluxo de produtores, comerciantes e consumidores.

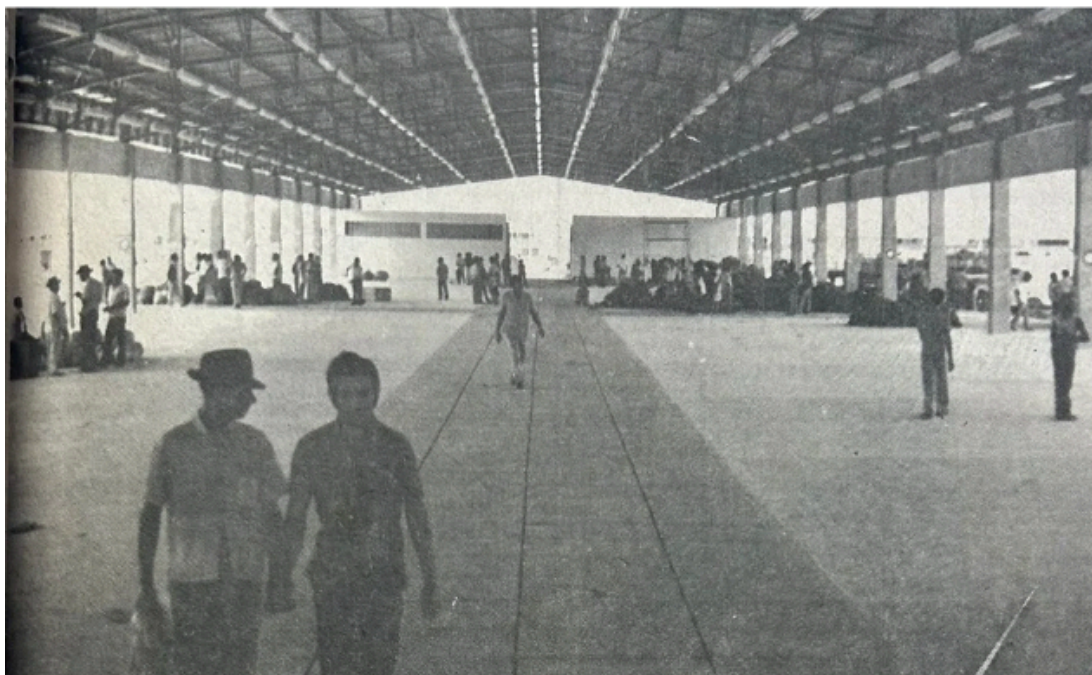
Figura 34 - Planta de implantação de 1913, com destaque para edificações originais do conjunto.



Fonte: Acervo da CEASA (atual EMPASA), editado pela autora.

O Mercado Livre do Produtor (Figura 35) concebido como um espaço amplo e desobstruído — essencial para o intercâmbio e a exposição de mercadorias, se assemelha a um espaço de feira livre. Essa concepção demandava um ambiente singular no qual as áreas de comercialização seriam apenas sinalizadas no piso, e os espaços fechados se restringiriam a módulos de armazenamento e sanitários (Correio da Paraíba, 1974).

Figura 35 - Fotografia interna do Mercado Livre do Produtor em João Pessoa, 1974.

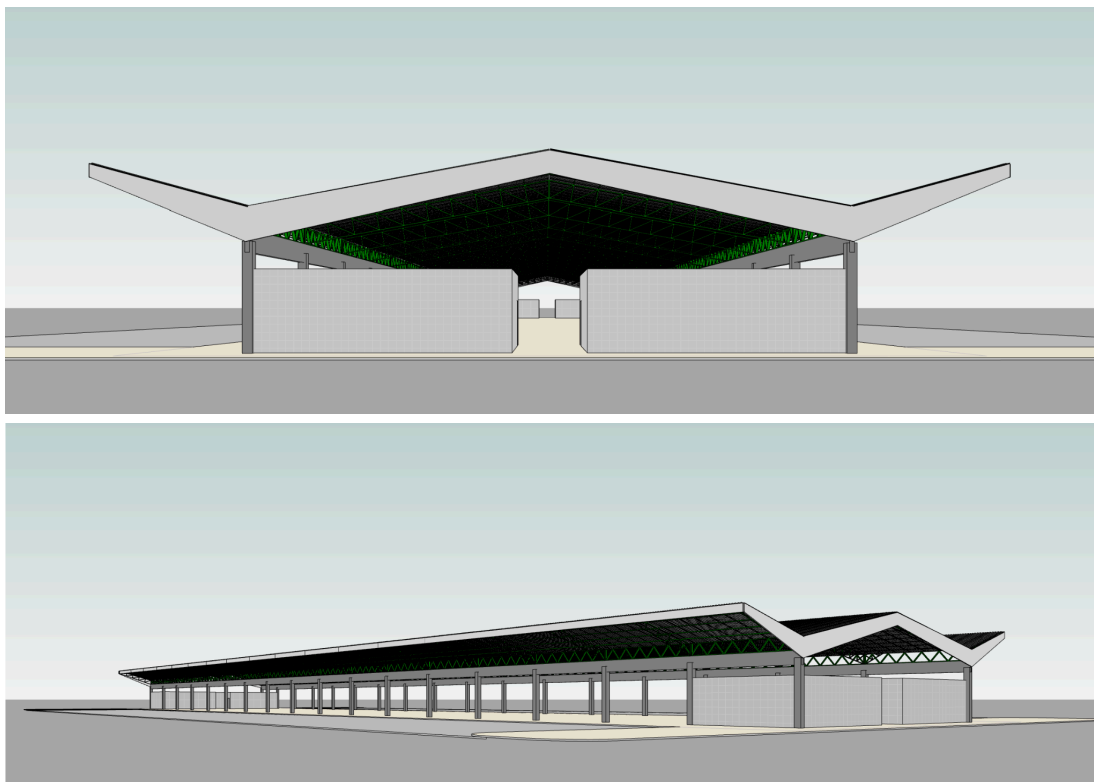


Fonte: Jornal O Norte, 10 de setembro de 1974 - Nº 5.361.

A disposição espacial do pavilhão pode ser entendida com uma grande volume linear, margeada por plataformas de carga e descarga ao longo de sua maior dimensão. As medidas da edificação totalizam 23,50 metros de largura por 125 metros de comprimento em planta.

O sistema estrutural adotado possibilitou a existência de beirais com avanço de até 6 metros em relação aos pilares, sustentados por treliças metálicas que se estendem também pelo interior do galpão, acompanhando a inclinação da cobertura e permitindo a superação dos grandes vãos. Este generoso avanço dos beirais possivelmente atende a demandas operacionais, ao oferecer proteção às áreas destinadas às operações de carga e descarga, resguardando a logística frente às condições climáticas e contribuindo para a eficiência do fluxo de movimentação de mercadorias.

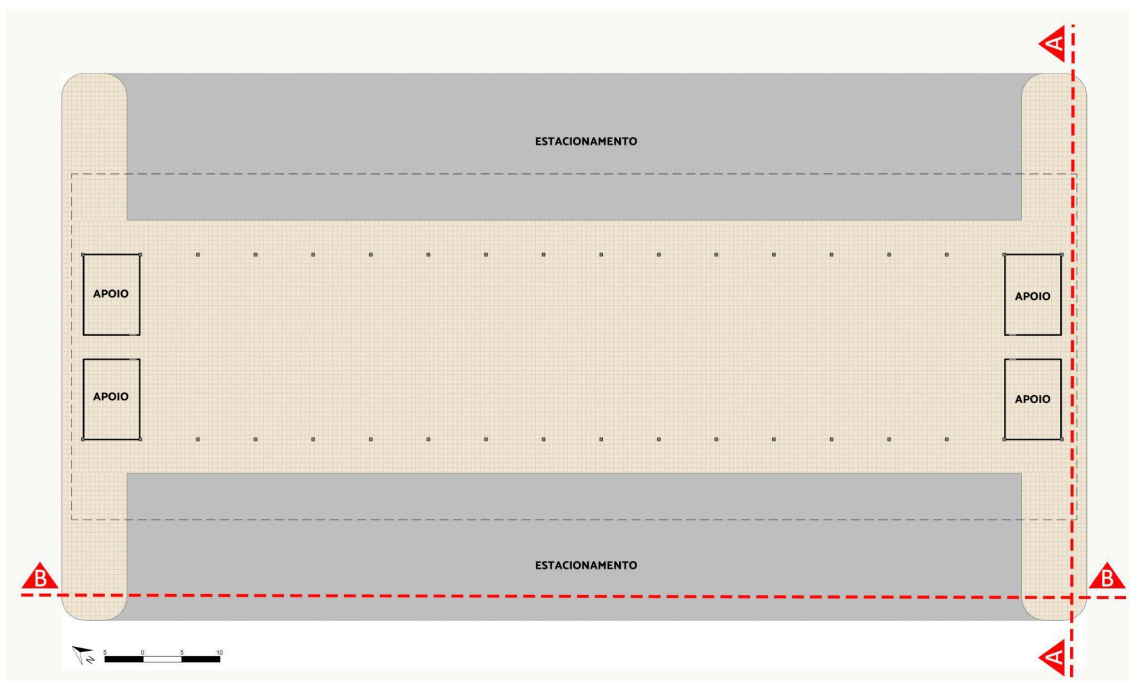
Figura 36 - Vistas da modelagem do Mercado Livre do Produtor.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

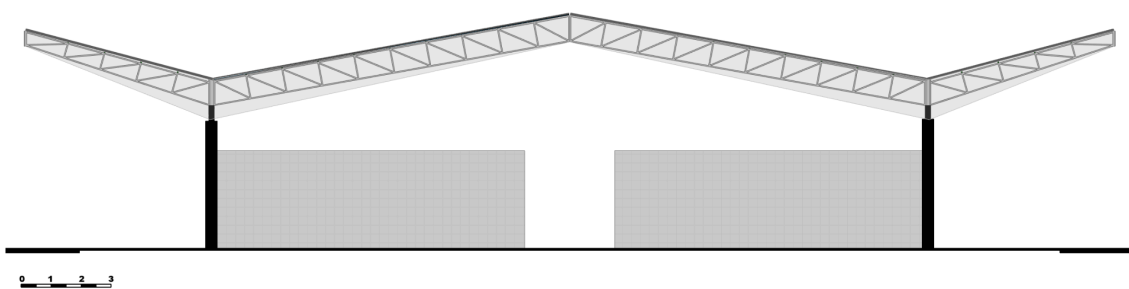
Os núcleos de apoio, que concentram os sanitários e áreas de serviço, estão dispostos em quatro volumes robustos posicionados nas extremidades do pavilhão, favorecendo a liberação do espaço central, que se mantém amplo e desobstruído. Não há fechamento lateral da nave, cabendo apenas aos pilares estruturais a divisão dos espaços, que permitem o aumento da ventilação e iluminação natural, além de possibilitar o acesso funcional para operações de carga e descarga, as quais nesse galpão não apresentam um grande desnível em relação ao piso (Figuras 38 e 39), ao contrário do que acontece nas outras edificações.

Figura 37 - Planta baixa esquemática do Mercado Livre do Produtor.



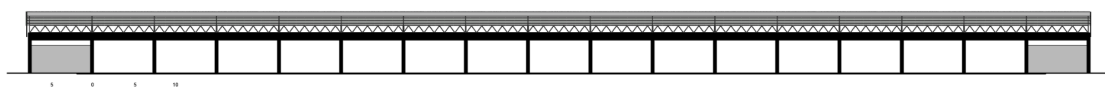
Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Figura 38 - Corte esquemático AA.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Figura 39 - Corte esquemático BB.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Figura 40 - Planta de cobertura do Mercado Livre do Produtor



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Ao analisar a planta de cobertura do mercado (Figura 40) pode-se perceber a divisão em quatro módulos principais inclinados, dispostos de maneira alternada. As inclinações se direcionam ora para o centro, ora para as extremidades, com o intuito de fazer a drenagem pluvial.

As inclinações variam entre 14,50% nos módulos centrais e 19,50% nas coberturas laterais, atendendo o parâmetro adequado para o tipo de telhado utilizado (fibrocimento).

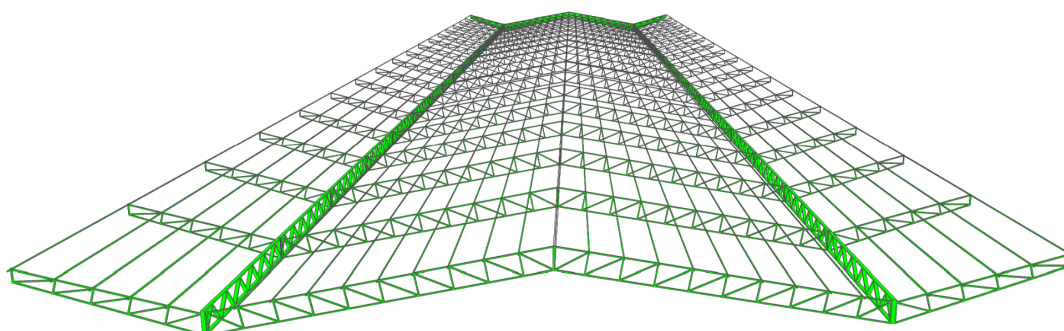
O sistema de drenagem é complementado pela presença de calhas posicionadas estrategicamente entre os módulos. Contudo, não foi possível a representação desse detalhe nos desenhos devido à limitação de acesso aos desenhos originais e à impossibilidade de realizar um levantamento mais aprofundado dos sistemas, o que impediu uma análise mais detalhada.

Essa disposição demonstra um cuidado técnico na organização do escoamento, no entanto também necessita de um acesso facilitado até esses equipamentos para que possa ser feita a manutenção, ideal para o melhor funcionamento do equipamento.

A Figura 41 representa tridimensionalmente a estrutura metálica que sustenta a cobertura do mercado. Essa estrutura é composta por treliças espaciais organizadas em um arranjo sequencial, conectadas por perfis metálicos longitudinais que garantem o travamento do conjunto e a estabilidade geral.

O uso de treliças proporciona um bom desempenho estrutural ao distribuir as cargas de maneira equilibrada entre os apoios, reduzindo a necessidade de pilares intermediários e, conseqüentemente, ampliando o vão livre sob a cobertura.

Figura 41 - Estrutura metálica do Mercado Livre do Produtor.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Em conjunto com o Mercado Livre do Produtor, o setor comercial da Central de Abastecimento também compreendia outras edificações voltadas à realização de transações entre atacadistas e consumidores em geral — um modelo de comercialização que exigia ambientes específicos, pensados para atender essas dinâmicas.

Ao contrário da ênfase centralizadora presente no Mercado Livre, os Pavilhões dos Comerciantes foram concebidos para garantir continuidade e organização ao plano geral da implantação, configurando módulos distribuídos lateralmente ao Mercado. Enquanto o primeiro privilegia um espaço amplo e aberto, semelhante a uma feira coberta, os pavilhões destinados aos comerciantes se caracterizam pela compartimentação, possibilitando a divisão do espaço entre diferentes lojistas e tipos de mercadorias.

Foram edificadas dois pavilhões para estes fins, com mesmas medidas e soluções, mas implantados de maneira espelhada, estruturados para abrigar individualmente unidades de venda no atacado, com infraestrutura voltada à diversidade funcional exigida por esse tipo de atividade.

Figura 42 - Vista da modelagem Galpão 01.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

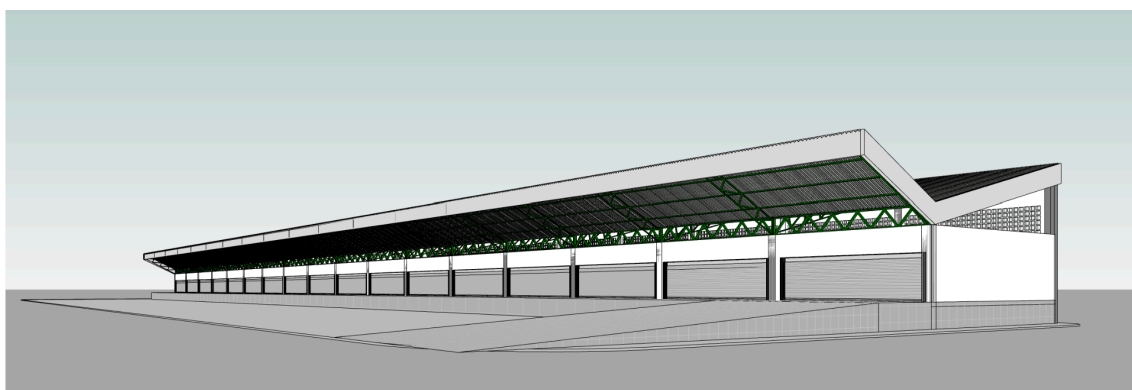
Os pavilhões são configurados por dimensões de 12,8 de largura por 125 de comprimento, com pilares de concreto que se distribuem longitudinalmente a cada 7,5 metros, dispondo de lojas com medidas de 7,35 X 11,75 metros, com acesso frontal e diferença de nível com relação ao piso de 1m, que facilitam a descarga de caminhões.

Figura 43 - Fotografia do Galpão 01.



Fonte: Fotografia de autoria própria, 2024.

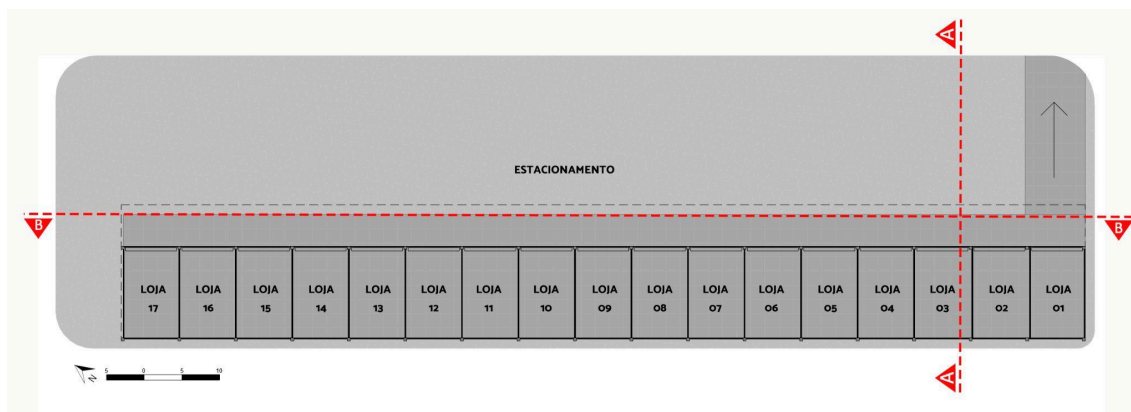
Figura 44 - Vista da modelagem Galpão 02.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

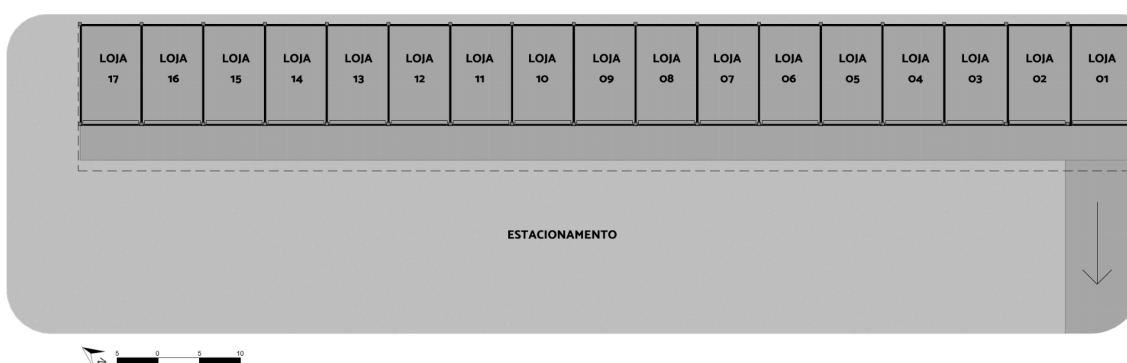
As paredes laterais são fechadas com tijolos, e na face lateral principal em direção aos estacionamentos, são intercaladas por portas de correr de metal para acesso às lojas.

Figura 45 - Planta baixa esquemática do Galpão 01.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

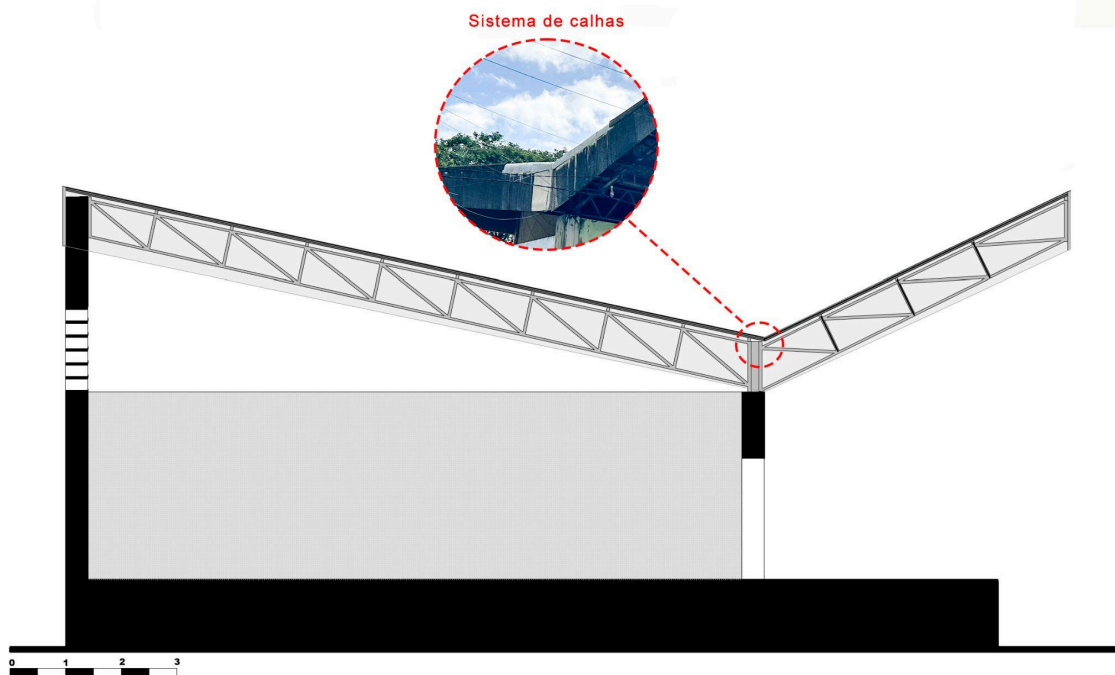
Figura 46 - Planta baixa esquemática do Galpão 02.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

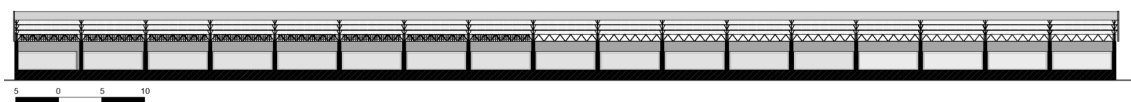
Ao observar o corte transversal AA (Figura 47) é possível identificar uma solução composta por treliças metálicas que sustentam a cobertura em telhas de fibrocimento. A configuração da cobertura adota uma geometria em "dente de serra" invertido, cujas águas inclinadas convergem para o eixo central da edificação, onde se localizam as calhas de captação pluvial. Essa estratégia não apenas favorece o escoamento das águas de chuva, mas também contribui para a organização e manutenção do sistema de drenagem da cobertura, concentrando as calhas em um único ponto de coleta.

Figura 47 - Corte esquemático AA.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Figura 48 - Corte esquemático BB.



Fonte:Elaborado pela autora, 2025.

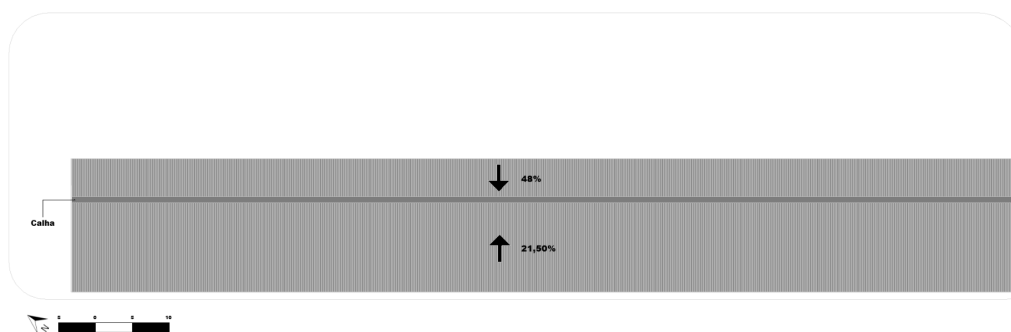
As treliças metálicas, dispostas transversalmente ao edifício, possibilitam o vencimento de grandes vãos sem a necessidade de apoios intermediários. Essa característica assegura a flexibilidade espacial e a fluidez do espaço interno, além disso, a utilização da estrutura metálica proporciona leveza à edificação, reduzindo as cargas permanentes transmitidas às fundações e, consequentemente, otimizando o dimensionamento estrutural e os custos da obra.

Nas fachadas laterais, observa-se a presença de aberturas permanentes, como elementos vazados (cobogós), que desempenham papel essencial na ventilação natural e na entrada de luz difusa. Estes dispositivos arquitetônicos buscam garantir a renovação do ar, promovendo a ventilação cruzada e mitigando o

acúmulo de calor interno, o que é particularmente relevante em edificações voltadas ao armazenamento e comercialização de gêneros alimentícios.

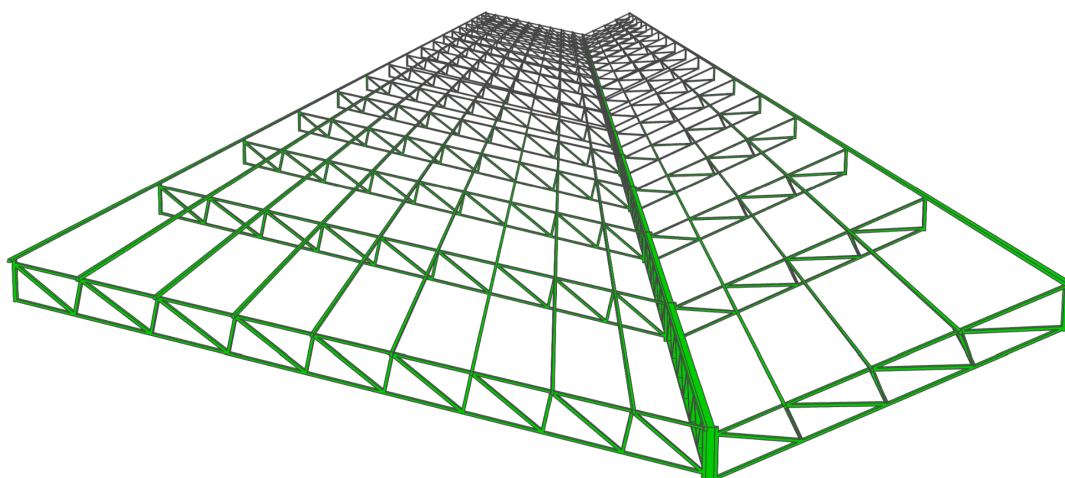
Ao observar a planta de coberta do galpão (Figura 49) é possível visualizar melhor a localização da única calha central no eixo longitudinal da edificação, a qual facilita a manutenção e reduz o número de quedas de água, no entanto essa configuração demanda atenção especial ao dimensionamento da calha, que deve suportar o volume proveniente das duas águas, principalmente considerando a diferença significativa entre as inclinações.

Figura 49 - Planta de coberta esquemática do Galpão 01.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025..

Figura 50 - Estrutura metálica do Galpão 01.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Os prédios administrativos são divididos em três edificações e um anexo (Figura 34), os quais seguem o mesmo módulo estrutural, com dimensões de 16 metros de largura por 22 de comprimento, além de também repetir as mesmas características externas, no entanto eles só se diferem em sua divisão interna, para atender à demanda de salas e atividades que abrigam.

Figura 51 - Planta baixa esquemática do prédio administrativo.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Figura 52 - Vista da modelagem do prédio administrativo.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Figura 53 - Fotografia do prédio administrativo, 2024.

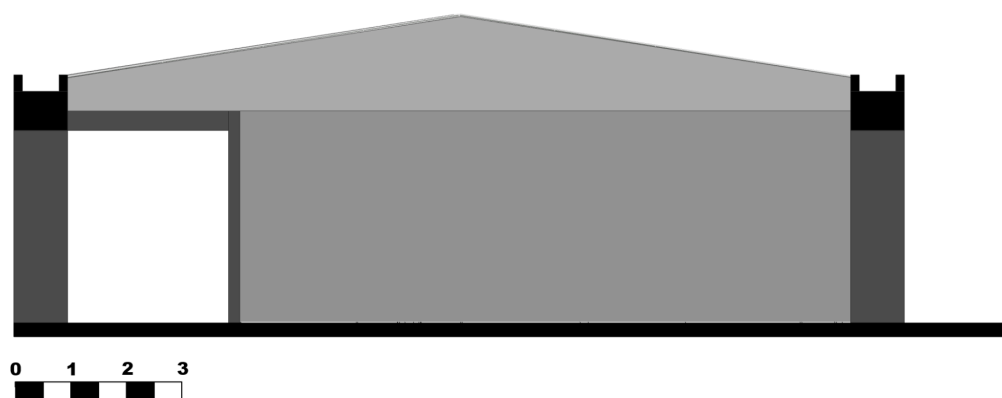


Fonte: Fotografia de autoria própria, 2025.

Os pilares localizados na fachada principal, com dimensões de 1 metro por 30 centímetros e repetidos na parte posterior da edificação, configuram um elemento marcante de entrada. Além de reforçarem a identidade formal da edificação, esses pilares delimitam um vão livre de 3,30 metros, contribuindo para a proteção da área

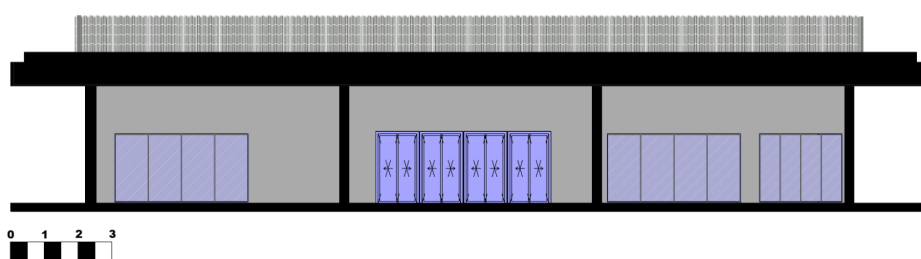
de acesso. Estruturalmente, são responsáveis pelo apoio das vigas-calhas posicionadas nas extremidades da cobertura em duas águas, cuja conformação confere singularidade volumétrica ao edifício e o diferencia das construções precedentes no conjunto, as quais podem ser analisadas nas elevações E01 e E02 (Figuras 54 e 55).

Figura 54 - Elevação E01, prédio administrativo.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

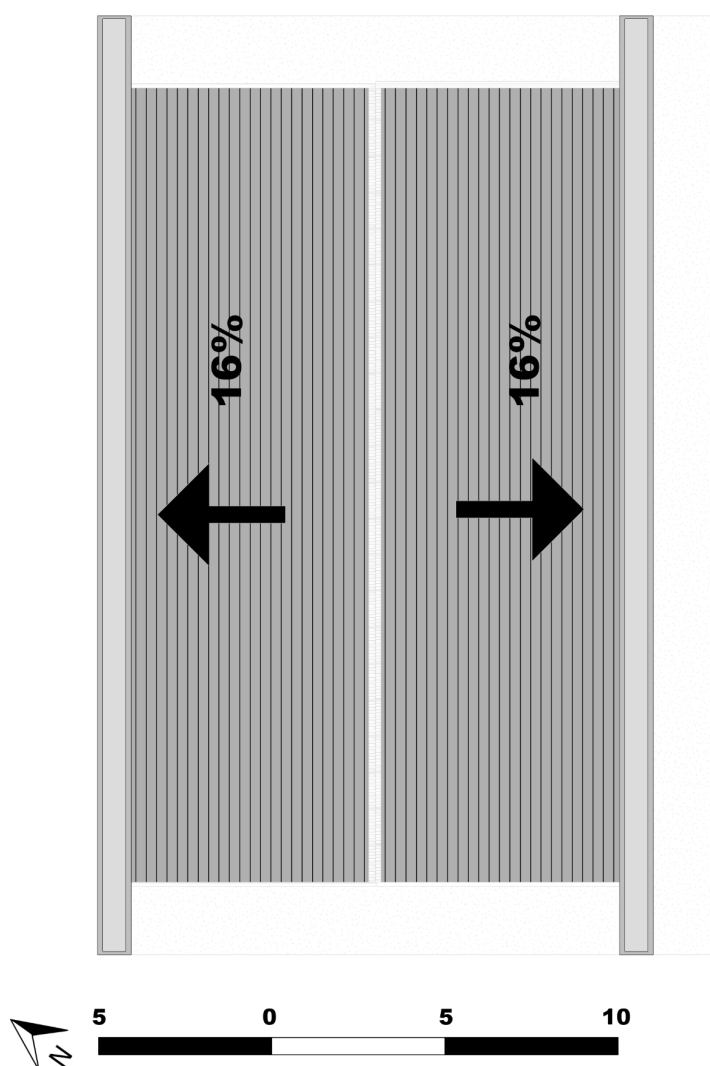
Figura 55 - Elevação E02, prédio administrativo.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A planta de cobertura, conforme representada na Figura 56, adota uma configuração simétrica em duas águas com inclinação de 16%, direcionando o escoamento das águas pluviais para as laterais da edificação. A cobertura é composta por telhas de fibrocimento apoiadas sobre estrutura metálica. As águas da chuva são conduzidas por gravidade até as vigas-calhas posicionadas ao longo das fachadas longitudinais opostas, que coletam e direcionam a vazão para o sistema de drenagem pluvial. Essa solução integra estrutura, cobertura e drenagem.

Figura 56 - Planta de cobertura esquemática do prédio administrativo.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Cabe destacar que o levantamento arquitetônico foi realizado a partir da análise das plantas originais disponibilizadas pela instituição, as quais serviram como base inicial para a elaboração dos desenhos técnicos. A conferência das dimensões foi feita in loco, por meio de medições diretas das fachadas, vãos e elementos construtivos, garantindo a fidelidade das proporções e permitindo ajustes às divergências encontradas entre projeto e obra executada. Complementarmente, foi efetuado o levantamento das elevações e seções transversais, com base nas medidas obtidas no local, viabilizando a produção dos cortes necessários à representação espacial completa da edificação. As fotografias foram utilizadas como

suporte visual e documental, tanto para registrar detalhes construtivos quanto para auxiliar na verificação posterior das informações coletadas em campo.

3 Transformações na Central e na escala urbana.

A Central de Abastecimento de João Pessoa representa um dos principais equipamentos urbanos voltados à distribuição de alimentos e insumos na capital paraibana. Desde sua inauguração, o espaço se consolidou como pólo estruturador da dinâmica comercial e logística da cidade, impactando diretamente no crescimento e organização do seu entorno urbano. Nesta seção, será analisada a influência da Central na configuração territorial da região em que está inserida, bem como as transformações espaciais ocorridas desde sua implantação até os dias atuais.

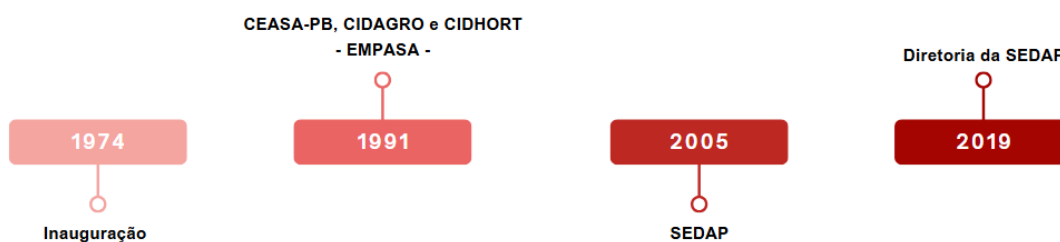
Por meio do resgate de imagens históricas, registros cartográficos e fotografias atuais, é possível observar o processo de expansão do equipamento e suas implicações no tecido urbano. A proposta original do projeto previa uma estrutura funcional, com áreas destinadas à carga e descarga, circulação interna, estacionamento, áreas verdes e espaços de apoio. No entanto, nas décadas seguintes, a Central passou por um processo de crescimento desordenado, fortemente influenciado pelas sucessivas mudanças de administração, que abriram margem para ocupações informais, construções improvisadas e alterações no uso do solo, muitas vezes desvinculadas de um planejamento integrado.

Essas transformações impactam não apenas a organização interna da Central, mas também a morfologia do bairro em que ela está inserida. O aumento do fluxo de veículos, a intensificação das atividades comerciais e a pressão por espaço resultaram em modificações significativas no entorno, afetando o sistema viário, a paisagem urbana e a qualidade dos espaços públicos. A análise dessas mudanças permite compreender como a falta de gestão integrada e fiscalização adequada contribuiu para um processo de adensamento informal.

Linha do Tempo da Central de Abastecimento

A Central de Abastecimento Paraibana foi inaugurada em 11 de setembro de 1974. Em 1991, com a Lei nº 5.398 de 15 de maio, foi criada a Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (EMPASA), resultado da fusão das estatais CIDAGRO (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário do Estado da Paraíba), CEASA e CIDHORT (Cidade Hortigranjeira da Paraíba S/A), tornando-se vinculada à Secretaria da Agricultura, Irrigação e Abastecimento. Posteriormente, em 2005, a Lei Complementar Estadual nº 67, de 7 de julho, transferiu a vinculação da EMPASA para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca (SEDAP). Por fim, em 2 de janeiro de 2019, o governador João Azevêdo assinou a Medida Provisória nº 275, extinguindo a EMPASA e transferindo suas funções para uma diretoria subordinada à SEDAP, reduzindo cargos comissionados e gerando economia para o Estado. Neste mesmo ano também se inicia um processo de liquidação em razão de dívidas trabalhistas.

A história da Central de Abastecimento de João Pessoa reflete as mudanças nas políticas públicas voltadas para o setor agropecuário e o abastecimento no Estado da Paraíba. Desde sua origem, a instituição passou por diversas transformações, com fusões e alterações de vinculação administrativa.



Durante sua existência, a EMPASA atuou na regulação do abastecimento de hortigranjeiros, no suporte à produção agropecuária e na estabilização de preços e estoques agrícolas. Sua extinção faz parte de um movimento de reestruturação administrativa do governo estadual.

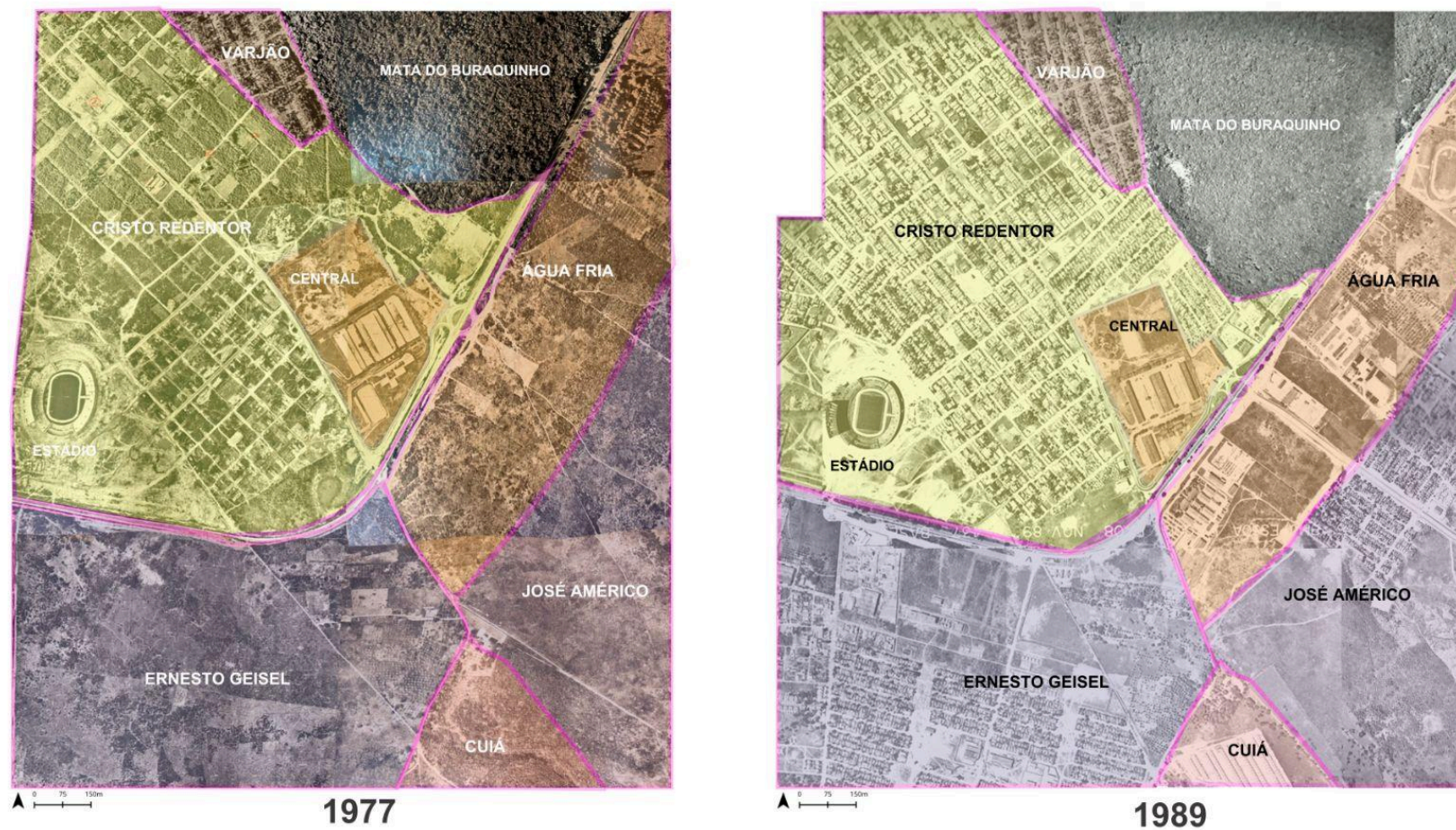
Ao comparar as mudanças de gerenciamento da Central de Abastecimento de João Pessoa com as centrais de Porto Alegre e São Paulo, nota-se um número de

rupturas maior na instituição paraibana, a qual teve sua secretaria desmembrada três vezes, enquanto nas outras instituições elas são vinculadas apenas à Secretaria de Desenvolvimento Agrário ou Rural de seus respectivos estados. Aparentemente, as mudanças na gestão trouxeram impactos na ocupação do espaço da central de João Pessoa. As centrais de São Paulo e Porto Alegre ainda preservam as implantações originais (ver imagens 04, 05, 12 e 13), no entanto percebe-se o início de ocupações irregulares na central paraibana a partir de 2005, e que se intensificam por volta de 2013.

No voo fotogramétrico mais antigo disponível nos arquivos da prefeitura, datado de 1977 (Figura 57), apenas três anos após a inauguração do projeto, é possível observar uma ocupação urbana significativa no entorno da CEASA, localizada no bairro do Cristo, indicando um processo de ocupação em andamento. Além disso, a imagem também registra a construção do Estádio José Américo de Almeida Filho, situado a oeste da Central. Por outro lado, os bairros vizinhos ao sul, como Água Fria, José Américo, Geisel e Cuiá, ainda apresentavam baixa densidade populacional, com construções dispersas. A imagem evidencia o início do processo de expansão dos bairros residenciais do outro lado da BR-230.

No ano de 1989 (Figura 57), há um aumento habitacional a norte da Central, no bairro do Cristo e Varjão. O bairro do Geisel também se destaca, com a presença de diversas edificações e já com um traçado de ruas bem definido. Nos bairros José Américo e Água Fria é possível identificar um início do que seria um loteamento e abertura de vias. Ainda nesses bairros que margeiam a BR-230 nota-se o surgimento de grandes galpões comerciais.

Figura 57 - Imagens de voos fotogramétricos da cidade de João Pessoa em 1977 e 1989.

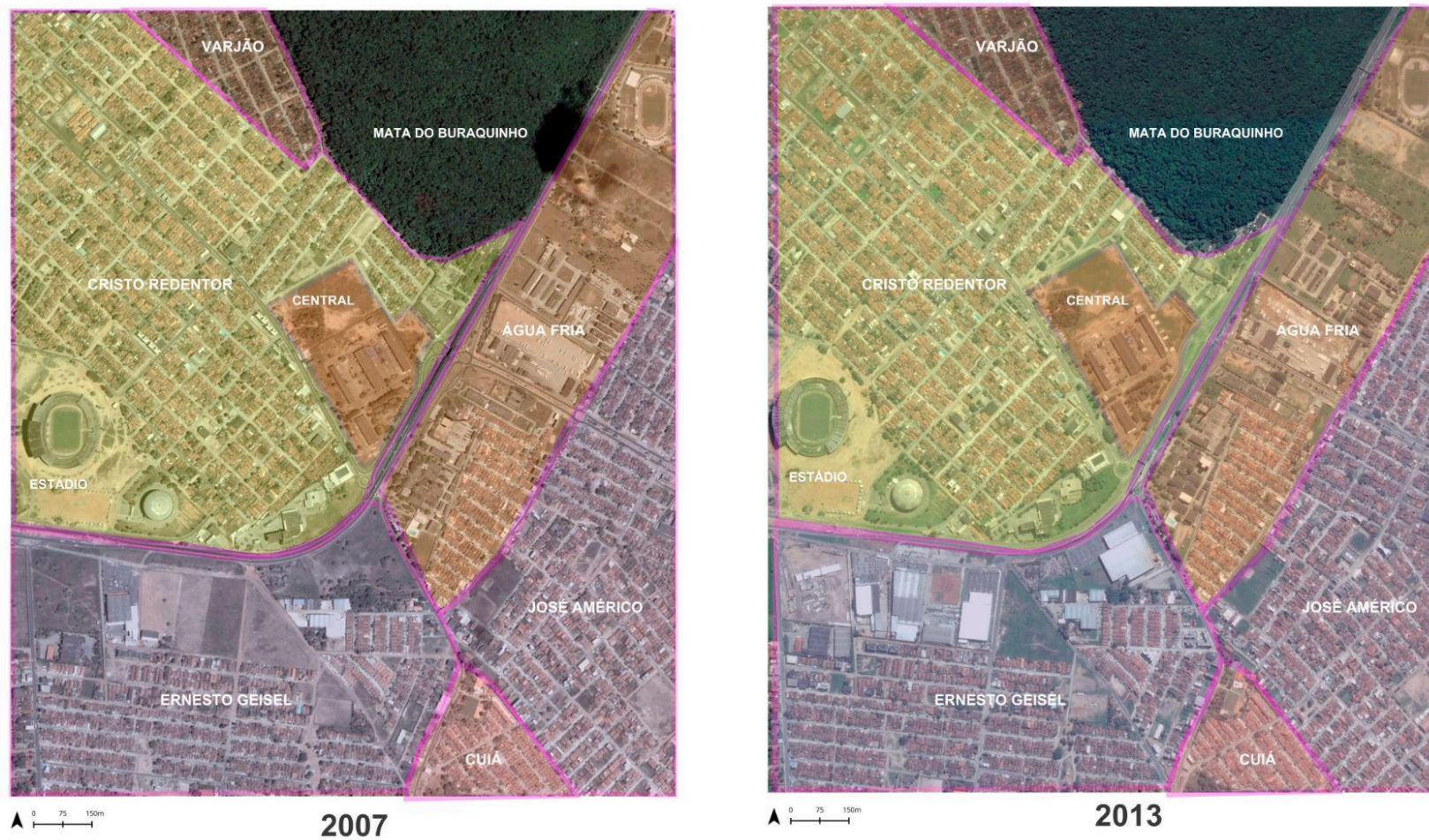


Fonte: Arquivo da Prefeitura de João Pessoa, editado pela autora.

Em 2007 (Figura 58), observa-se um expressivo adensamento construtivo nos bairros vizinhos ao complexo, especialmente no José Américo e em Água Fria. Na análise anterior, essas áreas ainda apresentavam poucas edificações e uma ocupação esparsa. No entanto, ao longo dos anos, novas vias foram abertas para facilitar o acesso a esses bairros, impulsionando sua urbanização e atraindo novos moradores.

Além da expansão residencial, houve um aumento significativo na construção de grandes galpões comerciais nas proximidades da BR-230, notável ainda mais em 2013 às margens da rodovia, no bairro do Geisel (Figura 58). Esse crescimento reflete tanto o avanço da infraestrutura urbana quanto a valorização da região, que passou a contar com uma rede viária mais estruturada e um ambiente mais propício para atividades comerciais e industriais. Assim, o cenário registrado entre 2007 e 2013 demonstra um forte processo de adensamento populacional e econômico, consolidando esses bairros como áreas estratégicas dentro do planejamento urbano da cidade, tendo a rodovia como eixo estruturante.

Figura 58 - Imagens de satélite da cidade de João Pessoa de 2007 e 2013.



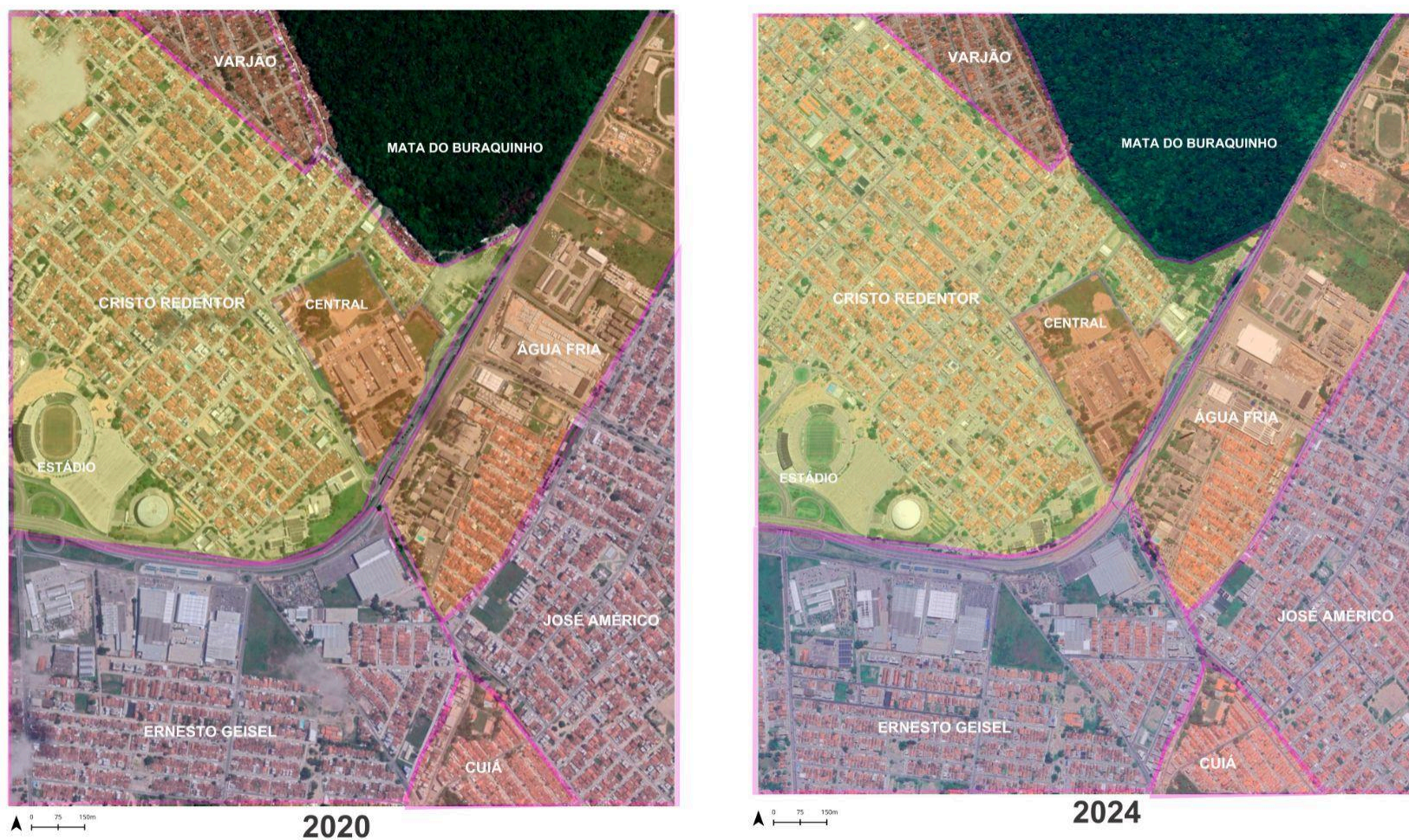
Fonte: Google Earth, 2007 e 2013, editado pela autora.

Em 2020 (Figura 59), é possível observar diversas melhorias na infraestrutura do Estádio José Américo de Almeida Filho, incluindo a reforma e ampliação do estacionamento, proporcionando maior comodidade aos frequentadores e melhor organização do fluxo de veículos nos arredores do local.

Já em 2024, são encaminhadas mudanças significativas na mobilidade urbana, destacando-se a obra de alargamento da BR-230. Essa intervenção tem um impacto direto no fluxo de entrada e saída da cidade, tendo como premissa a ideia de tornar o trânsito mais dinâmico e reduzindo congestionamentos, especialmente nos horários de pico. A modernização da rodovia acompanha o crescimento populacional e econômico da região, buscando atender às demandas de uma cidade em constante expansão.

Além disso, nota-se um aumento na instalação de novas lojas e estabelecimentos comerciais nas proximidades, acompanhando a valorização da área e o crescimento da demanda por serviços e comércio.

Figura 59 - Imagens de satélite da cidade de João Pessoa de 2020 e 2024.



Fonte: Google Earth, 2020 e 2024, editado pela autora.

O zoneamento urbano atual de João Pessoa é regulamentado pela Lei Complementar nº 166, de 6 de maio de 2024, que estabelece as diretrizes para o uso e ocupação do solo no município. Entre as diversas zonas definidas, as que aparecem no entorno da Central (Figura 60) são Zonas de Comércio e Serviço (ZCS), as Zonas Habitacionais (ZH) e as Zonas Especiais de Proteção Ambiental (ZEPA), cada uma com características e objetivos específicos.

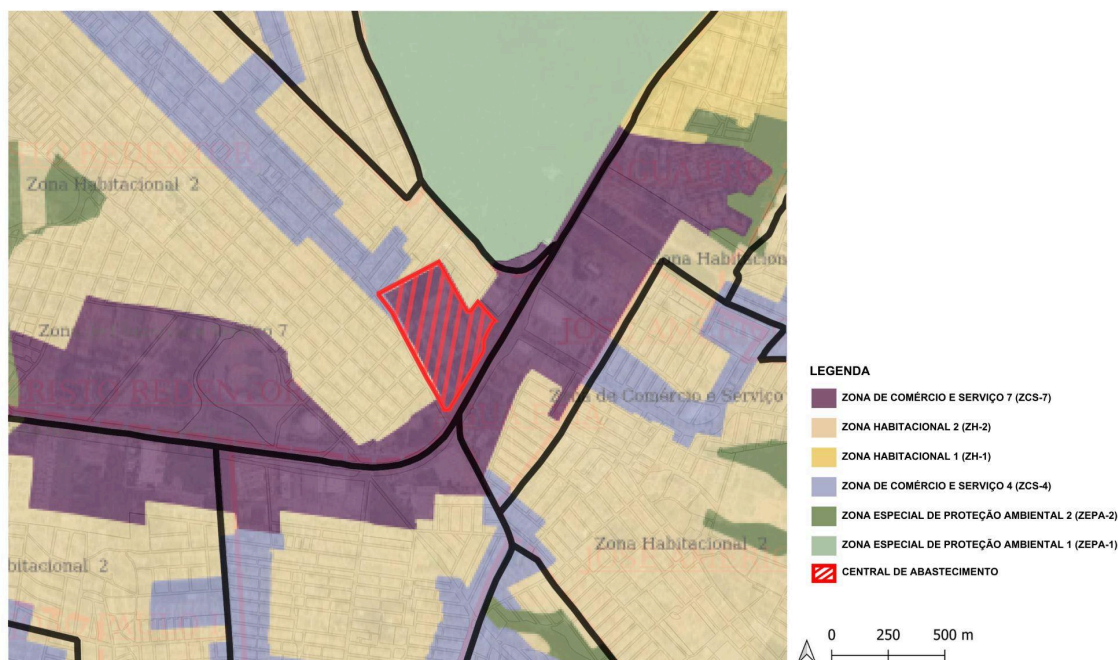
A edificação está inserida na Zona de Comércio e Serviço 7 (ZCS-7) a qual é destinada a áreas com predominância de atividades comerciais e de serviços de médio e grande porte que permitem uma maior intensidade de uso do solo, com parâmetros urbanísticos que favorecem a verticalização e a concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços.

Tanto no bairro do Cristo Redentor quanto no seu arredores, há uma grande presença da Zona Habitacional 2 (ZH-2), que é caracterizada por áreas predominantemente residenciais, com densidade populacional média. Nessa zona, são permitidas construções unifamiliares e multifamiliares de até quatro pavimentos. No entanto, nos lotes que margeiam as vias principais dos bairros, pode-se perceber a existência de outro tipo de zona, a de Comércio e Serviço 4 (ZCS-4) que diz respeito a áreas destinadas a atividades comerciais e de serviços de pequeno e médio porte, com construções que são limitadas a até três pavimentos.

A área que corresponde à Mata do Buraquinho está inserida na Zona Especial de Proteção Ambiental 1 (ZEPA-1) que corresponde a áreas de relevante interesse ambiental e paisagístico. Nessa zona, os usos, atividades e a ocupação do solo devem atender à legislação federal e aos planos de manejo específicos, garantindo a proteção dos ecossistemas e a sustentabilidade ambiental.

No mapa ainda é possível identificar algumas manchas verdes, que correspondem à Zona Especial de Proteção Ambiental 2 (ZEPA-2), referente à áreas ambientalmente frágeis, que visam resguardar esses ecossistemas.

Figura 60 - Mapa de zoneamento da cidade de João Pessoa, 2024.



Fonte: Site Filipeia - Mapa das Cidades, editado pela autora.

Já a Central de Abastecimento de João Pessoa, enquanto espaço estratégico para a distribuição de alimentos e mercadorias, vem sofrendo alterações significativas em sua organização espacial e funcional. Essas transformações decorrem, em grande parte, de ocupações irregulares e da ausência de um planejamento urbano contínuo e integrado. O processo de expansão comercial desordenada, unido à apropriação indevida de áreas públicas, tem gerado uma série de conflitos no uso do solo.

Um estudo das áreas ocupadas no terreno da CEASA entre 1974, ano de sua inauguração, 1989, momento antes da fusão das empresas estatais, e em 2007, após a vinculação da central ao SEDAP, demonstram este processo. Pela Figura 62, em 1974 o complexo contava apenas com os galpões comerciais e as áreas administrativas previstas no projeto original, mas já em 1989 nota-se o início da ocupação à noroeste, que segundo informações da direção atual do complexo, eram resultantes da construção de edificações residenciais, com terrenos doados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para funcionários da obra que posteriormente foram trabalhar na Central.

Na análise ocupacional do ano de 2007 é possível notar um aumento significativo nas ocupações a noroeste, a maioria edificações de uso comercial. Ainda na análise da imagem deste ano percebe-se o surgimento de outras construções às margens dos galpões, em áreas antes destinadas a estacionamentos e jardins (Figura 61). Essas alterações parecem coincidir com a criação da Lei Complementar Estadual nº 67 de 7 de julho de 2005, a qual permitiu mudanças administrativas do complexo, que já havia diminuído suas secretarias, e passou a ser vinculada à Secretaria Estadual do Desenvolvimento e Pesca (SEDAP).

Figura 61 - Áreas antes destinadas ao estacionamento com ocupações atuais.



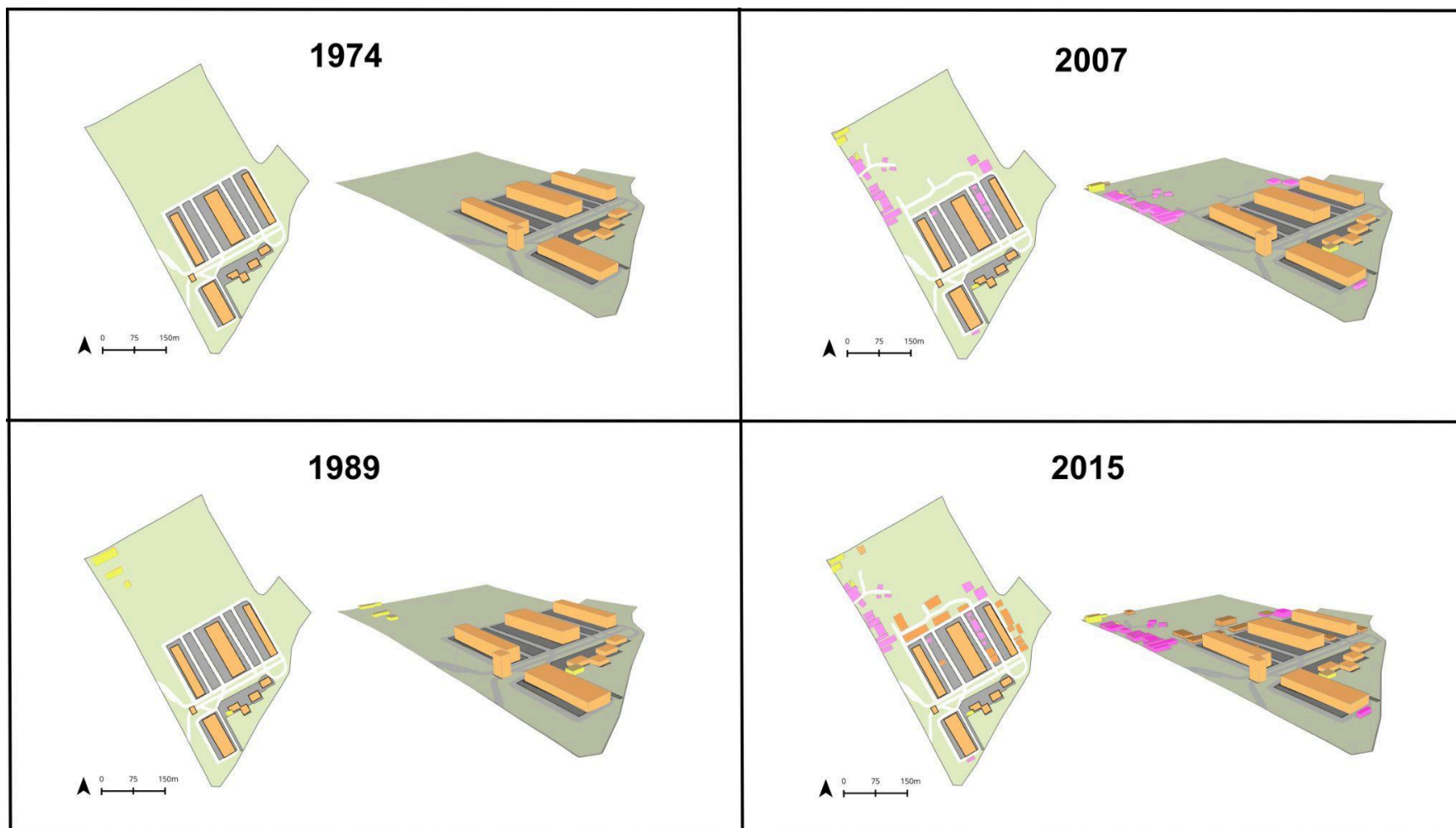
Fonte: Fotografia de autoria própria, 2025.

O resultado do descontrole está exposto na imagem referente a 2015, através da ampliação da ocupação de maneira irregular. Não foi possível identificar se tais acréscimos passam por algum controle ou fiscalização.

Na Figura 63, que retrata a situação atual de ocupação do complexo, com base em levantamento de informações de 2024, buscou-se evidenciar quais acréscimos dizem respeito a estruturas móveis (ou que se propunham provisórias) e estruturas permanentes. Esse tipo de mapeamento é essencial para o planejamento logístico e organização da central, pois pode otimizar o fluxo de mercadorias e a disposição dos comerciantes. As estruturas permanentes, destacadas em laranja escuro, representam edifícios fixos, como galpões e instalações administrativas, enquanto as estruturas móveis, em laranja claro, indicam áreas temporárias, como barracas, tendas e pontos de venda desmontáveis.

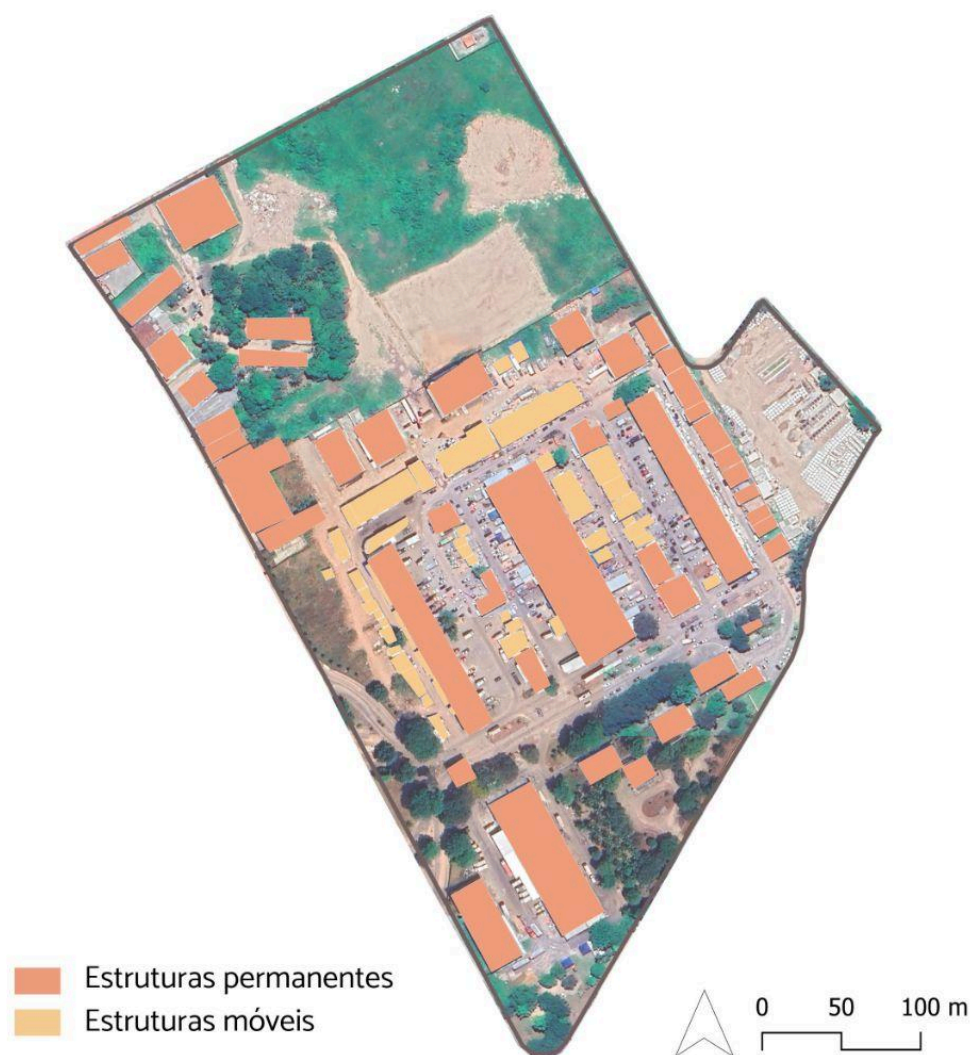
A disposição das estruturas móveis sugere uma adaptação à dinâmica do abastecimento, permitindo flexibilidade para sazonalidade e eventos específicos. Já as estruturas permanentes concentram-se nas áreas centrais e ao longo dos corredores principais, indicando locais de armazenamento e distribuição. A presença de espaços abertos e áreas verdes também pode sugerir locais de expansão ou uso complementar, como estacionamento e circulação de veículos.

Figura 62 - Implantações e vistas isométricas das edificações na Central de Abastecimento de João Pessoa.



Fonte: Análise no Google Earth e editado pela autora.

Figura 63 - Mapa de estruturas da Central de Abastecimento de João Pessoa em 2024.



Fonte: Google Earth, 2024, editado pela autora.

Já a Figura 65 apresenta um mapa com a distribuição das edificações e áreas verdes dentro da central de abastecimento, destacando a relação entre infraestrutura e meio ambiente. As edificações, concentradas na parte central, indicam a organização funcional do espaço, com corredores bem definidos para circulação e logística, mas também é possível perceber o avanço de ocupações em áreas que antes eram destinadas a estacionamentos e vegetação. A vegetação, composta por áreas de massa verde e árvores isoladas, está distribuída

principalmente nas bordas e ao longo de algumas vias internas, mas acabam sendo prejudicadas com o avanço das ocupações (Figura 64). As regiões abertas sem vegetação indicam espaços destinados à circulação de veículos, carga e descarga e áreas para futuras expansões. O equilíbrio entre edificações e vegetação seria fundamental para garantir um ambiente mais sustentável e funcional para comerciantes e usuários da central.

Figura 64 - Ocupações em áreas verdes.



Fonte: Fotografia de autoria própria, 2025.

Figura 65 - Mapa de edificações e áreas verdes na central de abastecimento.



Fonte: Google Earth, 2024, editado pela autora.

Ao observar as mudanças por que o complexo passou, pode-se perceber que um dos principais problemas observados refere-se à ocupação de áreas originalmente destinadas a jardins e espaços de circulação por bancas de feira. Essas estruturas, ao se estabelecerem em locais impróprios, dificultam o tráfego de veículos — especialmente os de grande porte — e eliminam áreas verdes previstas

no projeto original. Essa substituição dos espaços de respiro urbano por usos comerciais compromete a mobilidade interna e descaracteriza a paisagem do entorno.

Outro aspecto relevante é o aumento de galpões comerciais e depósitos construídos de forma não planejada. Muitas dessas novas edificações surgiram sem o devido alinhamento com diretrizes urbanísticas, o que resulta em uma sobrecarga na infraestrutura existente, aumento da impermeabilização do solo e maior risco de alagamentos. A falta de controle na implantação dessas construções também acarreta impactos na dinâmica logística da central, prejudicando o escoamento eficiente das mercadorias.

Além disso, observa-se a ocupação indevida de áreas que antes funcionavam como estacionamentos ou áreas de apoio. Esses espaços, essenciais para o melhor funcionamento da central, foram apropriados por comerciantes informais ou por obras inacabadas, comprometendo a circulação de veículos e a segurança dos usuários. A carência de vagas para estacionamento e a competição por espaço podem gerar conflitos entre comerciantes, transportadores e frequentadores, resultando em um ambiente caótico e pouco funcional.

Até mesmo o Mercado Livre do Produtor que foi concebido originalmente como um espaço aberto, sem divisórias fixas, pensado para facilitar a comercialização direta dos produtos e garantir a flexibilidade de uso pelos feirantes, sofreu mudanças ao longo dos anos, já que esses espaços passaram a ser progressivamente apropriados de maneira individualizada (Imagem 66). Estruturas como gradis, bancadas fixas e cercamentos improvisados foram sendo instalados, resultando na "privatização" de áreas que deveriam ser comuns. Esse processo alterou significativamente a lógica de uso do espaço, impactando tanto a organização interna quanto a percepção coletiva do mercado.

Figura 66 - Interior do MLP.



Fonte: Fotografia de autoria própria, 2024.

Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo principal compreender a Central de Abastecimento de João Pessoa a partir de seu contexto histórico, arquitetônico e urbano, considerando as transformações sofridas desde sua implantação até os dias atuais. Inserida em um momento de expansão urbana e modernização da capital paraibana na década de 1970, a Central surgiu como um equipamento de grande porte voltado à organização do abastecimento alimentar e ao fortalecimento das dinâmicas comerciais da cidade. No entanto, com o passar do tempo, e diante da ausência de políticas públicas consistentes, o espaço passou por um processo de descaracterização física e funcional.

As ocupações irregulares, o crescimento desordenado, a apropriação indevida de áreas originalmente destinadas à circulação, estacionamento e jardins, bem como a inserção de novas construções sem respaldo técnico, revelam a fragilidade na gestão do espaço e o distanciamento progressivo em relação ao projeto original. Essas transformações não apenas impactaram o desempenho logístico da Central, como também comprometeram a qualidade urbana do seu entorno imediato,

afetando a mobilidade, a paisagem e a relação entre os diferentes usuários do equipamento.

A partir do levantamento de documentos, notícias de jornais, registros fotográficos, plantas cartográficas e redesenho dos pavilhões, esta pesquisa procurou construir uma primeira sistematização para análise do conjunto da CEASA de João Pessoa, com o intuito de promover um olhar abrangente e crítico sobre a trajetória desta Central de Abastecimento. Buscando ainda apresentar uma espécie de diagnóstico de seus problemas atuais, o trabalho pretende servir de base para uma reflexão acerca dos caminhos possíveis para sua requalificação, entendendo que a recuperação da funcionalidade e da dignidade desse espaço exige ações integradas e multidisciplinares.

De maneira preliminar, parece possível destacar a importância de uma requalificação física e funcional do conjunto que contemple a reorganização dos espaços segundo a lógica do projeto original, respeitando fluxos de circulação, zonas de carga e descarga, e áreas de permanência. Também se indica a elaboração de um plano de ordenamento específico para a Central, articulado ao Plano Diretor Municipal, de modo a regularizar o uso do solo, estabelecer parâmetros construtivos e prever formas de integração com a malha urbana. Além disso, ressalta-se a necessidade de reconhecimento do valor histórico e arquitetônico do conjunto, de modo que se criem políticas públicas para a sua valorização enquanto patrimônio material da cidade.

Outro ponto importante é a incorporação de soluções sustentáveis no espaço da Central, como sistemas de drenagem eficientes, captação de água da chuva e uso de energia solar. Tais ações podem reduzir os custos operacionais do equipamento, além de promover conforto ambiental e maior qualidade de uso para os frequentadores. Sugere-se ainda a criação de espaços multifuncionais, que ampliem o papel social da Central para além do comércio atacadista, incluindo atividades de formação, eventos comunitários, feiras temáticas e programas de apoio à agricultura urbana.

Além de fornecer uma base documental e interpretativa sobre a trajetória da Central de Abastecimento de João Pessoa, este trabalho também se propõe a servir como ponto de partida para novas investigações acadêmicas. Estudos futuros poderão se debruçar sobre a requalificação de equipamentos públicos de abastecimento, analisar a relação entre zoneamento urbano e funcionalidade desses

espaços, propor estratégias de sustentabilidade para galpões industriais ou ainda desenvolver projetos de preservação.

O conjunto da Central de Abastecimento de João Pessoa continua sendo um espaço de grande relevância para a cidade, tanto do ponto de vista econômico quanto urbano. Requalificá-la não é apenas um exercício de preservação do passado, mas também uma oportunidade de ressignificar seu papel no presente e no futuro. Com um olhar atento às suas potencialidades e à sua memória, é possível pensar em uma CEASA mais eficiente, inclusiva, sustentável e integrada à cidade, reafirmando sua importância como um dos principais equipamentos públicos da capital paraibana.

REFERÊNCIAS

ACERVO JOÃO ALBERTO. **Vista aérea da Central de Abastecimento de Porto Alegre, época de inauguração e planta de setorização.** Porto Alegre: FAU UniRitter, [s.d.]. Fotografia.

ANOTELLI, Carolina; outros. **Vista isométrica geral do prédio MLP.** São Paulo: FAU Mackenzie, [s.d.]. Modelo tridimensional.

ARAÚJO, Ricardo. **Arquitetura residencial em João Pessoa - PB: A experiência moderna nos anos 1970. 2010.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, [S. l.], 2010.

A UNIÃO. **Começa estudos para fundação das Centrais.** João Pessoa, 16 nov. 1971. Acervo central da A União.

A UNIÃO. **Ernani conferencia com políticos e vê estudos das centrais.** João Pessoa, 25 nov. 1972. Acervo central da A União.

A UNIÃO. **Prefeitura construirá três mercados públicos.** João Pessoa, 31 dez. 1971. Acervo central da A União.

BASTOS, Maria; ZEIN, Ruth. **Brasil: arquiteturas após 1950.** [S. l.]: Perspectiva, 2010.

BELTRAMINI, L. D. et al. **Vista aérea do Campus da UFPB na década de 1970.** 1970. 1 fotografia. In: BELTRAMINI, L. D. et al. João Pessoa, 2022.

BRIZUELA, Maria Lourdes. **Por una arquitectura moderna gaúcha I: Aproximación constructiva y estudio de conservación del Mercado CEASA/RS.** 2019. TFM (Mestrado em Arquitetura) – Universidade de Valência, [S. l.], 2019.

CEAGESP. **Fotografia do Varejão.** Fotografia. Disponível em: <https://ceagesp.gov.br/entrepotos/varejoes/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

CEAGESP. **Sobre a CEAGESP.** 2023. Disponível em: <https://www.ceagesp.gov.br>. Acesso em: 21 abr. 2025.

CORREA, Luiz Eduardo Cirne. **Década 1960 – Ceagesp (Ceasa)**. 1960. São Paulo.

CORREIO DA PARAÍBA. **Ceasa será entregue amanhã à população**. João Pessoa, 10 set. 1974. Arquivo Histórico Waldemar Duarte.

CORREIO DA PARAÍBA. **Ceasa: uma nova perspectiva de mercado**. João Pessoa, 12 set. 1974. Arquivo Histórico Waldemar Duarte.

COMPANHIA ESTADUAL DE ABASTECIMENTO (CEASA/RS). **Vista aérea da Central de Abastecimento de Porto Alegre**. 2020. Disponível em: <https://ceasa.rs.gov.br>. Acesso em: 22 fev. 2025.

COUTINHO, Marco Antonio; VIDAL, Wylinna Carlos. **Pelas ruas do mercado, o pulsar de velhos costumes e novos anseios: o desafio da requalificação do Mercado Central de João Pessoa-PB**. Anais do [evento], v. 7, p. 3, 2007.

CRUSOÉ. **Governo Lula enterra planos de Bolsonaro para a Ceagesp**. Crusoé, 2024. Disponível em: <https://tecnoblog.net/247801/golpe-whatsapp-clonagem-celular-politicos/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

CUNHA, Altivo Roberto. **Dimensões estratégicas e dilemas das Centrais de Abastecimento no Brasil**. Revista de Política Agrícola, [S. l.], p. 37-46, 2006. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/viewFile/516/467>. Acesso em: 28 dez. 2024.

CUNHA, Luiz Antonio da. **Política nacional de alimentação: uma visão histórica**. Revista de Política Agrícola, Brasília, n. 3, p. 20–29, 2000.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **A Paraíba desenvolve-se em ritmo de Brasil grande**. Recife, 22 abr. 1974. Hemeroteca Digital. Disponível em https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pagfis=56009. Acesso em 12 mar. 2025.

FAM (Acervo). **Pavilhão do Produtor da CEASA de Porto Alegre**. [S.l.], [s.d.]. Fotografia. Acervo FAM.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo (1930–1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FIAMMENGHI, João. **O Pavilhão do Mercado Livre do Produtor da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo: olhares possíveis e documentação necessária**. Eixo Temático: Inventário e Documentação, [S. l.], 2019.

GOOGLE EARTH. **Localização do lote em João Pessoa, PB**. Imagem de 5 ago. 2023. Disponível em: <https://earth.google.com/>. Acesso em: 2 fev. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017: Resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 fev. 2025.

MANFRINATO, Pedro. **Japiaçu: outras abordagens sobre as ZEIS**. 2021. Trabalho de Graduação Integrado (Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, [S. l.], 2021.

MOURÃO, Ivens. **Manual I: Breve história do sistema de Ceasas no Brasil (1960 a 2007)**. [S. l.: s. n.], 2008. NASCIMENTO, Gabriela. **Tramas Urbanas: A arquitetura do poder público na construção da cidade de João Pessoa (1964-1985)**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Paraíba, [S. l.], 2024.

NASCIMENTO, Gabriela. **Tramas Urbanas: A arquitetura do poder público na construção da cidade de João Pessoa (1964-1985)**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, [S. l.], 2024.

OLIVEIRA, Anna Carolyn. **A arquitetura das Centrais Estaduais de Abastecimento (CEASA): análise de três estudos de caso**. 2023. Estágio Supervisionado I – Universidade Federal da Paraíba, [S. l.], 2023.

OLIVEIRA, A.; VIANA, B. **Nova rodoviária Severino Camelo, década de 1980.** [198-?]. 1 fotografia.

O NORTE. **Governo inaugura amanhã central de abastecimento.** João Pessoa, 10 set. 1974. Arquivo Histórico Waldemar Duarte.

PARAÍBA. Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer. **Vista aérea da construção do Estádio Ministro José Américo de Almeida.** 1971. Fotografia. [S.l.], 2017.

PEREIRA, Fúlvio Teixeira de Barros. **Difusão da arquitetura moderna na cidade de João Pessoa (1956-1974).** 276 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

PEREIRA, Maria Alice Rezende de Carvalho. **Abastecimento alimentar e planejamento urbano: a experiência das CEASAs no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **Filipeia – Atlas Municipal da Cidade de João Pessoa.** Disponível em: <https://filipeia.joaopessoa.pb.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. **Programa Tá no Prato completa dois anos.** Porto Alegre: [s. n.], 2023. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/programa-ta-no-prato-completa-dois-anos>. Acesso em: 22 fev. 2025.

SANTOS, Erika Diniz Araújo dos. **Recepção e dispersão da arquitetura moderna em João Pessoa (1970–1985).** 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SANZ, Beatriz; MENDONÇA, Heloísa. **O lado obscuro do ‘milagre econômico’ da ditadura: o boom da desigualdade.** [S. l.], 28 nov. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812_344807.html. Acesso em: 28 dez. 2024.

SÃO PAULO. **GeoSampa: Mapa da Vila Leopoldina, 1954 e vista de satélite, 2020**. Disponível em: <https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 02 de fev. de 2025. Editado por OLIVEIRA, 2023.

SEGAWA, Hugo. **Arquitetura no Brasil: 1900–1990**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SILVA, Hélio. **História da República Brasileira: de Getúlio a Juscelino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SILVA, Hélio. **Vargas: a revolução inacabada**. Rio de Janeiro: L&PM, 1994.

SILVEIRA, José Augusto. Expansão urbana. In: SILVEIRA, José Augusto. **Percursos e processo de evolução urbana: o caso da Avenida Epitácio na cidade de João Pessoa - PB**. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, [S. l.], 2004. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3135/1/arquivo5440_1.pdf. Acesso em: 12 jan. 2025.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930–1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SP URBANISMO. **Setorização da CEAGESP**. 2014. Elaboração a partir de dados de MDC, 2004 e CEAGESP, 2014.